

Relatório da Administração

inciso II, da Lei nº 6.404/76, o valor do dividendo mínimo obrigatório poderá ser limitado ao montante do lucro líquido do exercício que tiver sido realizado, desde que a diferença seja registrada como reserva de lucros a realizar (art. 197 da mesma lei). Para o exercício de 2021, a Administração da Companhia aprovou que o lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, é decorrente do resultado positivo de equivalência patrimonial (não realizado), desta forma, constituiu Reserva de Lucros a Realizar de 53% do lucro líquido do exercício, que correspondem ao dividendo mínimo obrigatório desse exercício, no montante de R\$529.816, conforme abaixo:

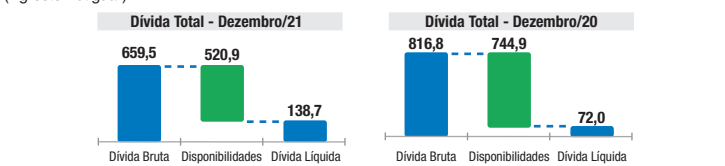
31/12/2021	RS MM
Lucro líquido do exercício	1.115.401
(-) Reserva legal (5%)	(55.770)
Saldo disponível para destinação	1.059.631
Destinação para Reserva de Lucros a Realizar	529.816
Dividendos obrigatórios	529.816

Lucro remanescente à disposição da Assembleia Adicionalmente, durante o exercício de 2021, a Companhia realizou o montante de R\$360.435.620,29, dos R\$422.029.063,83 destinados a Reserva de Lucros a Realizar no exercício de 2020, mediante o recebimento de dividendos de suas controladas e efetuou a reclassificação deste montante para a rubrica de "Dividendos a Pagar", conforme determina o artigo 202 Item III da Lei nº 6.404/76. Investimentos: Em 2021 foram realizados investimentos totais da ordem de **RS 1.165,2 mm** em nossas empresas, sendo **RS 1.024,1 mm** investidos no segmento de transmissão, **RS 138,4 mm** no segmento de geração, e **RS 2,7 mm** no desenvolvimento de novos negócios, ante os **RS 2.391,7 mm** registrados em 2020, quando **RS 2.310,4 mm** foram investidos no segmento de transmissão, **RS 79,6 mm** foram investidos no segmento de geração e **RS 1,6 mm** no desenvolvimento de novos negócios. O volume de investimentos realizados em 2021 reflete, principalmente, a implantação dos ativos de transmissão ESTE, TCE, TCC e TSM (TCC e TSM já estão em operação) que juntos totalizaram **RS 1.000,1 mm** e do ativo de geração eólica Agreste Potiguar que totalizou **RS 85,4 mm**.

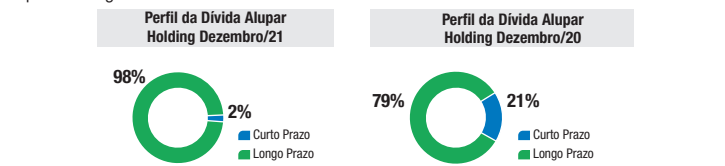
	Investimentos (RS MM)			
	4T21	4T20	2021	2020
Transmissão*	260,2	598,2	1.024,1	2.310,4
ELTE	6,6	0,3	10,4	1,8
TCC	1,9	116,4	149,8	444,1
TPE	-	149,9	-	673,3
TCE	(5,4)	48,4	90,8	106,1
ESTE	61,1	75,7	281,6	391,3
TSM	195,5	181,9	477,9	-
EDITE	-	-	-	40,9
ETB	-	16,8	4,8	368,2
ETES	-	4,6	-	22,9
ETSE	-	4,6	-	14,9
Outros	0,4	(0,3)	8,9	1,8
Geração	81,7	35,9	138,4	79,6
La Virgen**	(0,3)	37,3	37,9	64,3
Eol. Agreste Potiguar	77,4	0,5	85,4	1,8
Outros	4,5	(1,9)	15,1	13,5
Holding	0,2	0,9	2,7	1,6
Total	342,0	635,0	1.165,2	2.319,7

*Com exceção da TCE e valor do investimento das transmissoras é exatamente o valor contabilizado como custo de infraestrutura. **A inversão de sinal deve-se à baixa de provisões feitas durante a construção do projeto que entrou em operação escalonado até julho de 2021. **Endividamento:** Alupar - Holding: No 4T21, a dívida bruta da Alupar - Holding totalizou **RS 659,5 mm**,

ante os **RS 816,8 mm** registrados em dez/20. Esta variação é explicada pela: (i) provisão de encargos, totalizando **RS 12,9 mm**; (ii) provisão de variação monetária, no montante de **RS 33,5 mm**; (iii) amortização do principal da VI emissão de debêntures, no montante de **RS 168,3 mm**; e (iii) amortização de encargos da VI e VII emissão de debêntures, totalizando **RS 35,5 mm**. As disponibilidades e investimentos de curto prazo da Alupar - Holding totalizaram **RS 520,9 mm**, **RS 224,0 mm** inferior aos **RS 744,9 mm** registrados em dez/20. Esta variação é explicada principalmente pelo: (i) recebimento de dividendos das subsidiárias no montante de **RS 692,0 mm**; (ii) pagamento de dividendos no total de **RS 246,1 mm**; (iii) pagamento de principal e juros, no montante de **RS 203,7 mm**; (iv) aquisição de participação no montante de **RS 108,4 mm** (FRC: **RS 86,2 mm**)(TCC: **RS 22,1 mm**); e (v) aportes de **RS 478,4 mm** realizados nos projetos. Abaixo os principais: (v.i) **RS 95,0 mm** na transmissora ELTE; (v.ii) **RS 64,4 mm** na transmissora TCC; (v.iii) **RS 106,5 mm** na transmissora TSM; (v.iv) **RS 10,7 mm** na transmissora TPE; (v.v) **RS 79,1 mm** para Alupar Peru, responsável pela implantação da UHE La Virgen; e (v.vi) **RS 99,9 mm** nos parques São João e Santa Régia (Agreste Potiguar).

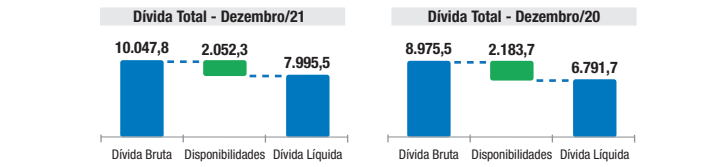


A dívida bruta da Alupar - Holding consiste na VII emissão de debêntures, indexada por CDI, com um perfil bem alongado, sendo seus vencimentos alocados entre 2024 e 2025. Abaixo o perfil da dívida da Alupar - Holding:

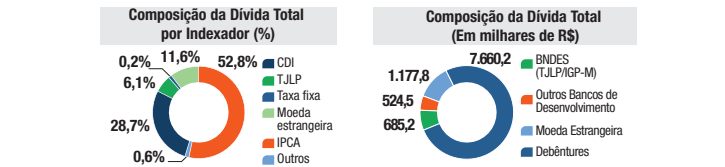


Para mais informações sobre o Endividamento da Alupar - Holding, favor verificar as Notas Explicativas 19 "Empréstimos e Financiamentos" e 20 "Debêntures" das demonstrações financeiras de 2021. **Consolidado:** A dívida bruta consolidada da Alupar e suas subsidiárias totalizou **RS 10.047,8 mm** no 4T21, ante os **RS 8.975,5 mm** apurados em dez/20. Esta variação é explicada principalmente pela: (i) redução de **RS 157,3 mm** na Alupar - Holding, conforme explicado anteriormente; (ii) provisões de encargos e variações monetárias das subsidiárias, totalizando **RS 1.042,8 mm**; (iii) pagamentos dos encargos das dívidas das subsidiárias, no montante de **RS 589,1 mm**; (iv) amortização de principal das dívidas das subsidiárias, no montante de **RS 727,0 mm**; (v) aumento de **RS 31,0 mm**, decorrente da variação cambial nas dívidas da UHE La Virgen e da PCH Morro Azul (Risardald); e (vi) novas captações, no montante de **RS 1.471,9 mm**, sendo as principais nas empresas EBTE (RS 50,0 mm), ETEP (RS 49,8 mm), ECTE (RS 49,8 mm), EATE (RS 199,4 mm), Transirapé (RS 50,0 mm), TCE (RS 242,0 mm), Alupar Colômbia (RS 36,6 mm) (2º tranche do empréstimo captado junto ao banco Santander), Alupar Peru (RS 194,9 mm) e Foz do Rio Claro (RS 59,4 mm). As disponibilidades (caixa equivalente de caixa/investimentos de curto prazo) totais e valores mobiliários totalizaram **RS 2.052,3 mm** no 4T21, ante os **RS 2.183,7 mm** registrados em dez/20. Esta variação de **RS 131,4 mm** no caixa, deve-se, principalmente: (i) redução de **RS 224,0 mm** na Alupar - Holding, conforme explicado anteriormente; (ii) redução de **RS 306,0 mm** no caixa das transmissoras TSM e ESTE, decorrente dos investimentos realizados para implantação dos ativos; e (iii) aumento de **RS 476,1**

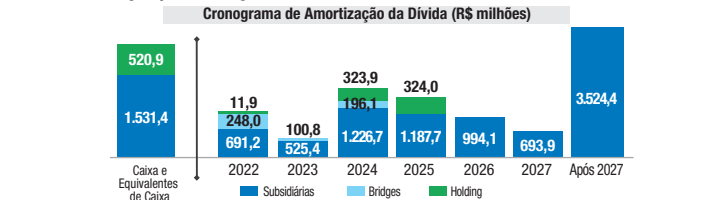
mm no caixa da UHE Foz do Rio Claro, em razão da captação da 1ª emissão de debêntures, em outubro/21, no montante de **RS 600,0 mm**. A dívida líquida registrada no 4T21 totalizou **RS 7.995,5 mm**, ante os **RS 6.791,7 mm** registrados em dez/20.



No 4T21 a dívida de curto prazo totalizou **RS 951,2 mm** (9,5% da dívida total), ante os **RS 823,6 mm** registrados em dez/20. Dos 9,5% da dívida de curto prazo, 26,1% ou **RS248,0 mm** são referentes a empréstimos ponte. Da dívida bruta consolidada: (i) **RS 659,5 mm** referem-se à Alupar - Holding; (ii) **RS 8.541,4 mm** estão alocados nas empresas operacionais, que possuem fluxo de pagamento compatível com as respectivas gerações de caixa; e (iii) **RS 946,9 mm** referem-se aos projetos em implantação, sendo: **RS 347,3 mm** para implantação da transmissora TCE (Colômbia); **RS 499,6 mm** para implantação da transmissora ESTE. No 4T21, as emissões de debêntures corresponderam a **RS 7.660,2 mm** ou 76% da dívida total. As debêntures de emissões de: (i) Alupar - Holding representaram um saldo de **RS 659,5 mm**; (ii) das subsidiárias em operação totalizaram **RS 6.501,0 mm**; e (iii) dos projetos em implantação registraram um saldo de **RS 499,6 mm**. A dívida em moeda estrangeira totalizou **RS 1.177,8 mm** ou 11,7% do total da dívida, sendo que a mesma está alocada nos projetos de geração e transmissão no Peru e na Colômbia.



O perfil de dívida consolidada da Alupar é bastante alongado, compatível com a natureza de baixo risco de negócios da Companhia, alta previsibilidade de receitas e forte geração de caixa operacional dos segmentos de transmissão e geração de energia elétrica.



Bridges (MM)
 La Virgen/Alupar Inversões: **RS 0,8** / **RS 100,8** / **RS 196,1**
 TCE/Alupar Colômbia: **RS 247,2** / **RS 100,8** / **RS 196,1**
Total: **RS 248,0** / **RS 100,8** / **RS 196,1**

Fitch Ratings
 ✓ Corporativo (escala nacional) **AAA**
 ✓ Escala Internacional **BB**

Balancos Patrimoniais

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020

	Controladora		Consolidado		
	Nota	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Ativo					
Circulante		912.364	1.221.435	4.400.677	4.084.394
Caixa e equivalentes de caixa	5	65.529	189.784	377.119	674.609
Investimentos de curto prazo	6	455.336	555.099	1.553.503	1.405.506
Títulos e valores mobiliários	7	-	-	971	767
Contas a receber de clientes	8	10.452	32.179	391.698	415.353
Dividendos a receber	29	341.754	390.119	75	75
Imposto de renda e contribuição social compensáveis	28	28.706	26.032	65.067	81.684
Outros tributos compensáveis		771	5.191	33.735	59.476
Estoques		-	-	8.245	7.856
Despesas pagas antecipadamente		30	63	8.251	5.828
Cauções e depósitos judiciais	21	-	-	384	384
Ativo contratual da concessão	9	-	-	1.701.139	1.290.362
Outros ativos		9.786	22.968	260.490	142.494
Não circulante		6.709.736	5.631.368	21.319.255	18.492.116
Realizável a longo prazo		216.329	104.459	16.176.533	13.486.495
Contas a receber de clientes	8	-	-	24.533	20.903
Títulos e valores mobiliários	7	-	-	120.695	102.852
Imposto de renda e contribuição social compensáveis	28	-	-	3.489	3.187
Outros tributos compensáveis		-	-	24.867	3.640
Imposto de renda e contribuição social diferidos	28	-	-	20.207	6.688
Despesas pagas antecipadamente		-	-	11.303	9.203
Cauções e depósitos judiciais	21	815	778	15.478	15.333
Ativo contratual da concessão	9	-	-	15.902.984	13.310.348
Adiantamento para futuro aumento de capital	29	215.433	103.600	-	-
Outros ativos		81	81	52.977	14.341
Investimentos em controladas	10	6.291.324	5.334.961	-	-
Investimento em controlada em conjunto	10	143.189	127.734	143.189	127.734
Propriedades para investimento		7.731	7.731	7.731	7.731
Imobilizado	12	1.850	2.189	4.710.238	4.672.156
Intangível	13	49.313	54.294	281.564	198.000
Total do Ativo		7.622.100	6.852.803	25.719.932	22.576.510

	Controladora		Consolidado		
	Nota	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Passivo					
Circulante		420.577	449.186	2.447.555	2.290.153
Empréstimos e financiamentos	19	-	-	634.414	363.798
Debêntures	20	11.945	169.588	316.779	459.821
Fornecedores	14	41.452	26.742	198.387	385.127
Salários, férias e encargos sociais	6	6.421	6.007	44.866	57.783
Imposto de renda e contribuição social a pagar	28	-	-	65.553	63.642
Encargos regulatórios	17	-	-	54.596	58.781
Outros tributos a pagar		101	156	50.399	49.274
Passivo de arrendamento		195	514	9.706	7.392
Contribuições sociais e encargos regulatórios diferidos	18	-	-	138.539	100.012
Dividendos a pagar	29	360.439	246.153	568.412	509.475
Adiantamentos de clientes	15	-	-	2.444	1.456
Provisão para compensações ambientais	16	-	-	7.475	13.720
Provisões para constituição dos ativos	21	-	-	324.502	180.958
Provisões para contingências	21	-	-	-	2.712
Outras obrigações		24	26	31.483	36.202
Não circulante		650.286	653.499	13.270.654	11.341.675
Empréstimos e financiamentos	19	-	-	1.753.179	2.155.652
Debêntures	20	647.591	647.253	7.343.384	5.996.185
Passivo de arrendamento		1.044	1.132	38.707	28.300
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	-	36.941	292
Imposto de renda e contribuição social diferidos	28	-	-	2.571.980	1.925.824
Contribuições sociais e encargos regulatórios diferidos	18	-	-	1.426.080	1.155.830
Provisão para compensações ambientais	15	-	-	23.116	19.213
Provisões para constituição dos ativos	21	-	-	17.094	9.227
Provisões para contingências	16	1.651	5.114	6.152	15.750
Outras obrigações		-	-	54.021	35.402
Total do Passivo		1.070.863	1.102.685	15.718.209	13.631.828
Patrimônio líquido		6.551.237	5.750.118	10.001.723	8.944.682
Capital social subscrito e integralizado		2.981.996	2.981.996	2.981.996	2.981.996
(-) Gastos com emissão de ações		(65.225)	(65.225)	(65.225)	(65.225)
Reserva de capital		81.259	20.515	81.259	20.515
Reservas de lucros		3.482.342	2.727.379	3.482.342	2.727.379
Outros resultados abrangentes		70.865	85.453	70.865	85.453
Participação dos acionistas não controladores	11	-	-	3.450.486	3.194.564
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		7.622.100	6.852.803	25.719.932	22.576.510

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021	(-) Gastos com emissão de ações		Reservas de lucros		Lucros resultados abrangentes	Outros resultados abrangentes	Total controladora	Participação de acionistas não controladores	Total consolidado
	Capital social	de ações	Reserva de capital	Reserva legal					
Saldos em 1º de janeiro de 2021	2.981.996	(65.225)	20.515	229.790	422.029	2.075.560	-	85.453	5.750.118
Resultado abrangente	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	1.115.401	-	1.115.401
Ajustes de conversão cumulativa do exercício	-	-	-	-	-	-	(14.588)	(14.588)	(14.588)
Transação de capital com os sócios	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital - acionistas não controladores	-	-	-	-	-	-	-	72.177	72.177
Gain em transação entre sócios	-	-	60.744	-	-	-	-	60.744	60.744
Dividendos declarados	-	-	-	-	(360.436)	-	-	(360.436)	(656.605)
Redução de capital - acionistas não controladores	-	-	-	-	-	-	-	(71.150)	(71.150)
Variação na participação dos acionistas não controladores	-	-	-	-	-	-	-	(184.055)	(184.055)
Outras movimentações	-	-	-	-	-	(2)	-	(2)	(30)
Mutações internas do patrimônio líquido	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Destinação da Reserva legal (nota 22)	-	-	-	55.770	-	-	(55.770)	-	-
Destinação para Reserva de lucros a realizar (nota 22)	-	-	-	-	529.816	-	(529.816)	-	-
Lucro remanescente à disposição da Assembleia (nota 22)	-								

continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. ATIVO CONTRATUAL DA CONCESSÃO

	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Movimentação do ativo contratual	14.600.710	9.959.154
Saldo inicial	431.639	591.201
Receita de operação e manutenção (nota 24)	3.541.001	2.266.275
Remuneração financeira dos ativos de concessão (nota 24)	1.032.923	3.241.714
Receita de infraestrutura (nota 24)	60.311	-
Gainho pelo resultado da revisão tarifária periódica	(11.436)	-
Perda pelo resultado da revisão tarifária periódica	(2.051.025)	(1.457.634)
Realização do ativo contratual de concessão	17.604.123	14.600.710
Saldo final	17.604.123	14.600.710
Circulante	1.701.139	1.290.362
Não circulante	15.902.984	13.310.348

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, os montantes de ganho bruto de R\$60.311 e perda bruta de R\$11.436, registrados respectivamente nas rubricas de "Outras receitas" e "Outras despesas" no consolidado, cujos valores líquidos de impostos são R\$52.923 de ganho e R\$10.035 de perda, referem-se a revisão do fluxo de recebimento de caixa esperado decorrente do resultado da Revisão Tarifária Periódica das controladas ETVG, ETEM e TME, com base na Resolução Homologatória ANEEL nº 2.882 de 22 de junho de 2021. A composição da Receita Anual Permitida - RAP de cada controlada de transmissão da Companhia de acordo com a Resolução Homologatória nº 2.895 de 13 de julho de 2021, vigente em julho de 2021, está sendo realizada conforme segue:

Ciclo	Rede Básica		Rede Básica Fronteira		DIT ^(b) (Exclusivo)		Parcela de ajuste		Total líquido
	RBL ^(a)	RBNI ^(b)	RBL ^(a)	RBNI ^(b)	RPEC ^(c)	RCDM ^(d)	(PA) apuração	Total	
2021-2022									
EATE	345.747	12.349	47	-	-	-	(8.020)	358.143	350.123
EPE	262.658	398	-	-	-	-	(5.802)	263.056	257.254
TNE	182.119	-	-	-	-	-	(191)	182.119	181.928
ENTE	184.385	55	16	-	-	-	(4.356)	184.456	180.100
TCC	178.596	-	-	-	-	-	(594)	178.596	178.002
ETB	155.331	-	-	-	-	-	(12.436)	155.331	167.767
STN	147.530	2.381	-	-	-	-	150.032	149.911	121
ESTE	123.585	-	-	-	-	-	-	123.585	123.585
TSM	119.995	-	-	-	-	-	-	119.995	-
ETEP	80.279	21	263	-	-	-	(2.620)	80.563	77.943
ECTE	77.815	19	52	-	-	-	(2.412)	77.886	75.474
EDTE	76.120	-	-	-	-	-	(1.810)	76.120	74.310
ETAP	61.937	-	-	-	-	-	(1.752)	61.937	60.185
ELTE	57.477	-	-	-	-	-	-	57.477	57.477
TME	51.782	6.478	15	-	-	-	(3.393)	58.275	54.882
EBTE	44.702	4.745	10	2.938	-	-	(877)	51.985	51.985
Transirapé	27.063	12.998	-	6.165	5.880	503	1.757	54.366	(2.850)
STC	32.896	2.134	-	8.947	2.833	401	5.185	52.396	(1.258)
Lumitrans	43.604	30	-	-	-	-	(1.358)	43.634	42.276
AETE	38.841	-	41	-	-	-	-	38.882	(37.724)
ETC	11.171	-	-	21.084	-	3.700	-	35.955	(614)
Transudeste	34.154	-	-	-	-	-	-	34.154	(972)
Transleste	33.421	-	-	-	-	-	-	33.421	(1.212)
ERTE	17.326	169	-	2.656	4.154	1.103	-	25.408	(118)
ERTE	32.584	9.415	-	-	-	-	-	41.999	(17.214)
ETES	9.548	250	-	-	8.066	-	2.222	20.086	993
ETVG	1.586	226	-	3.321	10.001	580	650	16.364	3.186
ETEM	16.093	-	63	-	-	-	-	16.156	(435)
ESDE	10.074	-	27	4.484	-	-	1.096	15.681	(200)
Total	2.458.419	51.668	534	49.595	30.934	7.850	9.814	2.608.814	(42.480)

(a) Rede Básica Licitada. (b) Rede Básica Novas Instalações. (c) Receita dos ativos das demais concessionárias de transmissão licitadas. (d) Receita das Demais Instalações de Transmissão. (e) Demais Instalações de Transmissão. (f) Receita de Melhorias.

10. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS E CONTROLADA EM CONJUNTO

Movimentação dos investimentos:	Saldo em 31/12/2020	Aumento (redução) de capital	Aquisição de participação	Amortização do intangível	Ajuste de conversão cumulativa	Equivalência patrimonial	Dividendos	Saldo em 31/12/2021
ACE	14	6.000	-	-	-	33	-	6.047
AF	2.866	-	-	-	-	3.281	-	6.147
Água Limpa	7.858	4.389	-	-	-	-	-	12.247
Alupar Chile	(1.521)	-	-	-	-	-	-	(1.521)
Alupar Colômbia	86.577	4.267	-	-	(7.953)	(4.126)	-	78.765
Alupar Peru	241.688	79.204	-	-	(8.349)	(86.367)	-	226.176
Apaeete	62.854	(39.764)	-	-	-	13.913	(9.247)	27.756
EAP I	(88)	-	-	-	-	(28)	-	(116)
EAP II	(83)	-	-	-	-	(28)	-	(111)
EAP III	1	-	-	-	-	(24)	-	(23)
EAP IV	1	-	-	-	-	(24)	-	(23)
EAP V	1	-	-	-	-	(24)	-	(23)
EAP VI	1	-	-	-	-	(24)	-	(23)
EAP VII	1	-	-	-	-	(24)	-	(23)
EATE	579.100	-	-	-	264.127	(133.260)	709.967	1.211.911
ECTE	103.495	-	-	-	45.311	(20.874)	127.932	127.932
ELTE	17.895	97.000	-	-	(5.307)	-	109.588	300.655
ENTE	274.829	-	-	-	107.325	(81.499)	37.327	254.128
ERTE	35.415	-	-	-	9.156	(7.244)	37.327	37.327
ETAP	243.594	-	-	-	58.587	(48.053)	254.128	254.128
ETB (ii)	199.111	-	-	5	57.370	(35.018)	221.468	221.468
ETC	95.984	8.500	-	-	37.930	(10.328)	132.086	132.086
ETEM	60.178	-	-	-	13.974	(3.041)	71.111	71.111
ETEP	124.951	-	-	-	39.094	(42.818)	121.227	121.227
ETES	62.329	-	-	-	19.335	(5.722)	75.942	75.942
ETVG	71.433	-	-	-	50.011	(11.219)	110.225	110.225
Ferreira Gomes	911.438	-	-	-	33.457	(61.178)	938.724	938.724
Foz	174.832	-	67.343	-	23.300	(36.109)	229.366	229.366
GET	(548)	-	-	-	-	-	-	(548)
Ijuí	290.920	-	-	-	32.988	(23.781)	300.127	300.127
La Virgen (i)	27.233	-	-	1.616	(2.030)	-	26.819	26.819
Lavrinas	97.147	-	-	-	20.132	(4.780)	112.499	112.499
Lumitrans	16.370	-	-	-	4.625	(4.334)	16.661	16.661
Queluz	125.782	-	-	-	21.833	(5.183)	142.432	142.432
Risaralda	63	-	-	98	36	-	217	217
STC	38.514	-	-	-	8.438	(6.409)	40.543	40.543
STN	269.617	-	-	-	50.144	(50.211)	269.550	269.550
TCC	172.957	64.413	101.758	-	128.795	(39.079)	428.844	428.844
TME	134.723	-	-	1.802	21.530	(27.879)	130.176	130.176
TPE	371.345	10.710	-	-	82.849	(19.678)	445.226	445.226
Transminas	110.353	-	-	-	33.350	(11.738)	131.965	131.965
UFV Pitombreira	(12)	22	-	-	(8)	-	2	2
TSM	86.386	-	-	-	43.666	-	130.052	130.052
Verde 8	84.713	-	-	-	(2.318)	-	82.395	82.395
Windepar	154.624	86.171	-	-	(1.452)	-	239.343	239.343
Subtotal	5.334.961	320.912	169.101	1.807	(14.588)	1.122.806	(643.675)	6.291.324
Controlada em conjunto								
TNE	127.734	10.200	-	-	-	5.255	-	143.189
Total Consolidado	127.734	10.200				5.255		143.189
Total Controladora	5.462.695	331.112	169.101	1.807	(14.588)	1.128.061	(643.675)	6.434.513

(i) Na La Virgen existe um direito de exploração no valor de R\$6.164 reclassificado para o intangível para fins de consolidação. (ii) Na ETB existe um direito de exploração no valor de R\$28.400 reclassificado para o intangível para fins de consolidação.

Movimentação dos investimentos:	Saldo em 31/12/2019	Adições (baixas) (iv)	Amortização do intangível	Ajuste de conversão cumulativa	Equivalência patrimonial	Dividendos (iii)	Saldo em 31/12/2020
ACE	23	-	-	-	(9)	-	14
AF	789	-	-	-	2.077	-	2.866
Água Limpa	7.878	-	-	-	(20)	-	7.858
Alupar Colômbia	46.380	22.039	-	14.017	4.141	-	86.577
Alupar Chile	(1.521)	-	-	-	-	-	(1.521)
Alupar Peru	96.064	198.347	-	26.179	(78.902)	-	241.688
Apaeete	36.227	22.665	-	-	16.341	(12.379)	62.854
EAP I	(42)	-	-	-	(46)	-	(88)
EAP II	(42)	-	-	-	(41)	-	(83)
EAP III	-	1	-	-	-	-	1
EAP IV	-	1	-	-	-	-	1
EAP V	-	1	-	-	-	-	1
EAP VI	-	1	-	-	-	-	1
EAP VII	-	1	-	-	-	-	1
EATE	490.542	-	-	-	259.589	(171.031)	579.100
ECTE	106.101	-	-	-	41.858	(44.464)	103.495
ELTE	15.079	-	-	-	2.816	-	17.895
ENTE	271.312	-	-	-	92.924	(89.407)	274.829
ERTE	35.264	-	-	-	151	-	35.415
ETAP	188.890	-	-	-	70.451	(15.747)	243.594
ETC	107.397	17.891	(1.973)	-	80.925	(5.129)	199.111
ETC	78.502	-	-	-	26.840	(9.358)	95.984
ETEM	55.849	-	-	-	5.218	(889)	60.178
ETEP	145.743	-	-	-	32.965	(53.757)	124.951
ETES	53.945	-	-	-	8.384	-	62.329
ETVG	64.771	-	-	-	8.118	(1.456)	71.433
Ferreira Gomes	892.360	-	-	-	23.523	(4.445)	911.438
Foz	160.561	-	-	-	18.716	(4.445)	174.832
GET	(548)	-	-	-	-	-	(548)
Ijuí	285.056	-	-	-	10.172	(4.308)	290.920
La Virgen (i)	21.970	-	-	6.720	(1.457)	-	27.233
Lavrinas	99.189	-	-	-	(943)	(1.099)	97.147
Lumitrans	15.907	(1.350)	-	-	4.294	(2.481)	16.370
Queluz	128.251	-	-	-	(1.285)	(1.184)	125.782
Risaralda	63	-	-	11	9	-	83
STC	44.731	-	-	-	4.011	(10.228)	38.514
STN	230.659						

continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Custo	Consolidado					31/12/2021
	Taxa média anual de amortização	31/12/2020	Adições	Baixas	Transferência p/investimento	
Outros intangíveis de concessão	80.149	14.415	(582)	-	-	88.025
Uso do bem público	16.608	877	-	-	-	17.485
Direito de exploração	88.072	-	-	-	-	88.072
Direito de extensão da outorga	-	83.544	-	-	-	83.544
Total	184.829	98.836	(582)	-	(5.957)	277.126

Custo	Consolidado					31/12/2020
	Taxa média anual de amortização	31/12/2019	Adições	Baixas	Transferências	
Outros intangíveis de concessão	39.531	29.424	(2.934)	-	6.919	80.149
Uso do bem público	16.348	-	-	-	260	16.608
Direito de exploração	88.081	-	(9)	-	-	88.072
Total	143.960	29.424	(2.943)	-	7.179	184.829

a) Outros intangíveis de concessão: Refere-se basicamente a valores de serviço de passagem e software registrados ao custo de aquisição e amortizados pelo prazo de concessão ou vida útil, respectivamente, dos dois o menor. b) Intangível de direito de exploração decorrente de concessão/autorização: Os direitos de exploração de concessão/autorização gerados na aquisição do controle das subsidiárias estão sendo amortizados de forma linear durante o prazo de exploração das concessões/autorizações. Os valores registrados pela Companhia foram originários de investimentos efetuados nos seguintes empreendimentos:

Custo	Taxa média anual de amortização	Prazo da outorga		Controladora		Consolidado	
		Início	Fim	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Queluz	4,58%	06/04/04	13/04/38	2.665	2.665	2.665	2.665
Lavrinhas	4,55%	06/04/04	14/04/38	5.245	5.245	5.245	5.245
ETB	3,69%	29/09/16	29/09/46	-	-	28.400	28.400
La Virgen	-	-	-	-	-	6.164	6.164
EDV I (ii)	3,33%	17/07/12	17/07/47	-	-	3.006	3.006
EDV II (ii)	3,33%	16/07/12	16/07/47	-	-	1.847	1.847
EDV III (ii)	3,33%	19/07/12	19/07/47	-	-	2.714	2.714
EDV IV (ii)	3,33%	24/07/12	24/07/47	-	-	3.933	3.933
EDV X (ii)	3,33%	19/07/12	19/07/47	-	-	2.420	2.420
STC (i)	3,47%	27/04/06	27/04/36	-	-	8.942	8.942
Lumitrans (i)	4,10%	18/02/04	18/02/34	-	-	9.766	9.766
Transleste (i)	4,92%	18/02/04	18/02/34	-	-	3.814	3.814
Transudeste (i)	4,86%	04/03/05	04/03/35	-	-	2.767	2.767
Transrapé (i)	4,67%	15/03/05	15/03/35	-	-	4.391	4.391
EDTE (iii)	2,87%	01/12/16	01/12/46	-	-	1.752	1.752
Outros	-	-	-	246	246	246	246
Total	8.156	-	-	8.156	8.156	88.072	88.072

Custo	Taxa média anual de amortização	Prazo da outorga		Controladora		Consolidado	
		Início	Fim	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Queluz	4,58%	06/04/04	13/04/38	2.665	2.665	2.665	2.665
Lavrinhas	4,55%	06/04/04	14/04/38	5.245	5.245	5.245	5.245
ETB	3,69%	29/09/16	29/09/46	-	-	28.400	28.400
La Virgen	-	-	-	-	-	6.164	6.164
EDV I (ii)	3,33%	17/07/12	17/07/47	-	-	3.006	3.006
EDV II (ii)	3,33%	16/07/12	16/07/47	-	-	1.847	1.847
EDV III (ii)	3,33%	19/07/12	19/07/47	-	-	2.714	2.714
EDV IV (ii)	3,33%	24/07/12	24/07/47	-	-	3.933	3.933
EDV X (ii)	3,33%	19/07/12	19/07/47	-	-	2.420	2.420
STC (i)	3,47%	27/04/06	27/04/36	-	-	8.942	8.942
Lumitrans (i)	4,10%	18/02/04	18/02/34	-	-	9.766	9.766
Transleste (i)	4,92%	18/02/04	18/02/34	-	-	3.814	3.814
Transudeste (i)	4,86%	04/03/05	04/03/35	-	-	2.767	2.767
Transrapé (i)	4,67%	15/03/05	15/03/35	-	-	4.391	4.391
EDTE (iii)	2,87%	01/12/16	01/12/46	-	-	1.752	1.752
Outros	-	-	-	246	246	246	246
Total	8.156	-	-	8.156	8.156	88.072	88.072

(i) Direito de exploração gerado na aquisição de controle por parte da controlada EATE. (ii) Direito de exploração gerado na aquisição de controle por parte da controlada Windepar. (iii) Direito de exploração gerado na aquisição de controle por parte da controlada ENTE. (iv) A controlada La Virgen possui prazo de concessão por tempo indeterminado, logo o direito de exploração gerado na aquisição de controle possui vida útil indefinida. c) Direito de extensão das outorgas:

19. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

A Companhia não possui empréstimos e financiamentos, as principais características e o saldo de empréstimos e financiamentos das controladas é composto da seguinte forma:

Financiadores	Empresas	Data da contratação	Vencimento	Condições contratadas dos empréstimos e financiamentos		Periodicidade da amortização	Consolidado						
				Moeda/Principal contratado	Indexador		Encargos financeiros a.a.	Juros (%)	31/12/2021	Encargos	Principal	Total	
Operacionais													
	BNDES - A - nº 11.2.1030.1	ETEM	dez/11	abr/26	44.700	TJLP	2,44	Mensal	-	48	14.409	14.457	17.787
	BNDES - B - nº 11.2.1030.1	ETEM	dez/11	abr/26	2.100	TJLP	2,04	Mensal	-	2	705	707	871
	BNDES - A - nº 13.2.1413.1	ETSE	dez/13	nov/28	27.446	TJLP	2,02	Mensal	-	-	-	-	25.755
	BNDES (FINAME) - B - nº 13.2.1413.1	ETSE	dez/13	nov/23	34.254	-	3,50	Mensal	-	-	-	-	12.965
	BNDES - A - nº 12.2.1390.1	FGE	dez/12	abr/31	198.420	TJLP	2,34	Mensal	-	495	150.657	151.152	167.293
	BNDES - B - nº 12.2.1390.1	FGE	dez/12	abr/31	78.540	TJLP	2,34	Mensal	-	196	59.629	59.825	66.212
	BNDES - C - nº 12.2.1390.1	FGE	dez/12	abr/31	9.500	TJLP	2,34	Mensal	-	22	6.728	6.750	7.472
	BNDES - D - nº 12.2.1390.1	FGE	dez/12	dez/22	181.850	-	2,50	Mensal	(2.223)	26	7.705	5.508	46.999
	BNDES - E - nº 12.2.1390.1	FGE	dez/12	abr/31	2.300	TJLP	-	Mensal	-	4	1.782	1.786	1.981
	BNDES - nº 08.2.0070.1	Foz	abr/08	mar/27	201.630	TJLP	2,44	Mensal	-	-	-	-	109.401
	BNDES - nº 08.2.0071.1	Ijuí	abr/08	set/27	168.200	TJLP	3,17	Mensal	-	309	85.304	85.613	100.471
	BNDES - nº 08.2.0976.1	Lavrinhas	mar/09	abr/25	111.185	TJLP	1,93	Mensal	-	99	31.800	31.899	41.456
	BNDES - nº 10.2.0477.1	Lavrinhas	ago/10	abr/25	16.875	TJLP	2,22	Mensal	-	14	4.319	4.333	5.630
	BNDES - nº 08.2.0975.1	Queluz	mar/09	jan/25	114.647	TJLP	1,93	Mensal	-	94	29.871	29.965	39.668
	BNDES - nº 10.2.0478.1	Queluz	ago/10	jan/25	27.716	TJLP	2,22	Mensal	-	20	6.541	6.561	8.689
	BNDES - nº 15.2.0778.1	EDV I	mar/16	out/32	57.990	TJLP	2,18	Mensal	(58)	151	50.003	50.096	53.208
	BNDES - nº 19.2.0598.1	EDV I	dez/19	out/32	11.145	IPCA	1,68 +1,99	Mensal	-	26	15.211	15.237	14.940
	BNDES - nº 15.2.0778.1	EDV II	mar/16	out/32	32.220	TJLP	2,18	Mensal	(37)	85	28.225	28.273	29.981
	BNDES - nº 19.2.0598.1	EDV II	dez/19	out/32	4.850	IPCA	1,68 +1,99	Mensal	-	15	8.684	8.699	8.578
	BNDES - nº 15.2.0778.1	EDV III	mar/16	out/32	49.007	TJLP	2,18	Mensal	(42)	130	43.144	43.232	45.836
	BNDES - nº 19.2.0598.1	EDV III	dez/19	out/32	9.067	IPCA	1,68 +1,99	Mensal	-	19	10.755	10.774	10.631
	BNDES - nº 15.2.0778.1	EDV IV	mar/16	out/32	81.041	TJLP	2,18	Mensal	(51)	200	66.194	66.343	70.338
	BNDES - nº 19.2.0598.1	EDV IV	dez/19	out/32	7.857	IPCA	1,68 +1,99	Mensal	-	20	11.905	11.925	11.768
	BNDES - nº 15.2.0778.1	EDV X	mar/16	out/32	41.042	TJLP	2,18	Mensal	(49)	109	36.178	36.238	38.420
	BNDES - nº 19.2.0598.1	EDV X	dez/19	out/32	11.206	IPCA	1,68 +1,99	Mensal	-	23	13.340	13.363	13.186
	BDMG (FINAME PSI) - nº 177906	Transrapé	dez/13	jan/24	19.761	-	3,50	Mensal	-	8	4.963	4.971	7.358
	BDMG (FINEM) - nº 193.292	Transrapé	out/14	out/29	5.893	TJLP	1,42	Mensal	-	142	3.297	3.439	3.877
	BDMG - nº 215.411/16	Transrapé	abr/16	abr/26	4.000	-	6,00	Mensal	-	139	2.349	2.488	3.061
	BDMG - nº 215.485/16	Transrapé	abr/16	abr/21	4.469	TJLP	4,50	Mensal	-	-	-	-	995
	BDMG - nº 127.315	Transleste	mar/05	mar/25	47.029	-	9,50	Mensal	-	41	7.794	7.835	10.309
	BNB - nº 05974828-A	Transleste	mar/05	mar/25	15.000	-	9,50	Mensal	-	180	2.204	2.384	3.130
	Santander - CCC	TME	mai/20	mai/22	200.000	CDI	3,30	Único no final	(186)	22.642	200.000	222.456	205.925
	Santander - CCB	ETEP	jul/20	jul/25	90.000	CDI	2,90	Mensal	(492)	868	91.835	92.211	91.503
	Santander - CCB	ECTE	jul/20	jul/25	80.000	CDI	2,90	Mensal	(453)	734	77.646	77.927	81.323
	Santander - CCB	ENTE	jul/20	jul/25	100.000	CDI	2,90	Mensal	(546)	964	102.039	102.457	101.671
	Itaú Unibanco S.A. - CCC	ETES	set/20	set/23	10.000	CDI	2,68	Semestral	-	842	10.842	10.119	-
	Subtotal									(4.137)	28.667	1.185.216	1.209.746
	Circulante									(1.213)	28.667	308.207	147.320
	Não circulante									(2.924)	-	877.009	1.062.426
Moeda estrangeira													
Operacionais													
	Itaú Corpbanca Colombia S.A.	Risaralda	mai/18	mai/25	COP 120.000.000	IBR(**)	4,43	Trimestral	(1.239)	879	137.345	136.985	164.872
	Itaú Corpbanca Colombia S.A. - Leasing	Risaralda	out/20	out/23	COP 121.000	-	4,37	Mensal	-	1	120	121	-
	Itaú Corpbanca Colombia S.A.	Risaralda	jun/20	jul/20	COP 163.657	-	24,05	Mensal	-	-	181	181	177
	Itaú Corpbanca New York Branch	Alupar Perú	set/17	nov/23	USD 18.000	-	4,15	Trimestral	-	-	101.196	101.196	93.856
	Santander Brasil	Alupar Perú	dez/18	dez/22	USD 17.500	Libor (*)	3,42	Anual	-	-	196.579	196.579	91.249
	Santander Brasil	Alupar Perú	mar/19	mar/22	USD 17.500	Libor (*)	3,42	Anual	-	-	-	-	94.163
	Corporación Andina de Fomento (CAF)	La Virgen	mar/17	mar/32	USD 50.000	Libor (*)	-	Flutuante: até 5 anos 3,9%/após 5,7%; Fixo: até 5 anos 5%/após 10,27% até 5 anos 3,70, após 4,50	-	-	245.641	245.641	241.466
	Banco Deutsche Investitions	La Virgen	mar/17	mar/32	USD 30.000	Libor (*)	-	-	-	-	150.244	150.244	144.771
Pré - Operacionais													

continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. DEBÊNTURES

As principais características e o saldo de debêntures são compostas da seguinte forma:

Financiadores Operacionais	Empresas	Data da contratação	Vencimento	Consolidado				Controladora				Consolidado						
				Condições contratadas das debêntures		Amortização		31/12/2021		31/12/2020		31/12/2021		31/12/2020				
				Principal contratado	Taxa efetiva a.a. Indexador	Juros (%)	Principal	Encargos	Custos a amortizar	Encargos	Principal	Total	Total	Custos a amortizar	Encargos	Principal	Total	
6ª Emissão	Alupar	abr/15	abr/21	250.000	IPCA	7,33	Anual	Semestral	-	-	-	-	165.475	-	-	-	165.475	
7ª Emissão	Alupar	dez/19	out/25	648.500	CDI	1,40	Único no final	Semestral	(1.274)	12.310	648.500	659.536	651.366	(1.274)	12.310	648.500	659.536	
1ª Emissão	Windepar	dez/16	dez/28	67.500	IPCA	7,63	Semestral	Semestral	-	-	-	-	-	(3.656)	269	76.689	73.302	
5ª Emissão - II	EATE	set/16	set/21	54.000	CDI	116,00	Mensal	Mensal	-	-	-	-	-	(15)	17	11.454	11.456	
6ª Emissão	EATE	set/17	set/22	70.000	CDI	107,75	Mensal	Mensal	-	-	-	-	-	(56)	43	27.818	27.805	
7ª Emissão	EATE	jun/18	jun/23	85.000	CDI	112,00	Mensal	Mensal	-	-	-	-	-	(415)	8.429	270.000	278.014	
8ª Emissão	EATE	jul/19	jul/24	270.000	CDI	108,60	Único no final	Semestral	-	-	-	-	-	(21)	35	23.276	23.290	
4ª Emissão	ECTE	set/17	set/22	75.000	CDI	107,75	Mensal	Mensal	-	-	-	-	-	(134)	1.561	50.000	51.427	
5ª Emissão	ECTE	jun/19	jun/24	50.000	CDI	108,60	Único no final	Semestral	-	-	-	-	-	(141)	1.561	50.000	51.420	
4ª Emissão	ENTE	jun/19	jun/24	50.000	CDI	108,60	Único no final	Semestral	-	-	-	-	-	(34)	26	16.531	16.523	
3ª Emissão	ETEP	jun/18	jun/23	45.000	CDI	112,00	Mensal	Mensal	-	-	-	-	-	(7.918)	922	308.046	301.500	
3ª Emissão	Ferreira Gomes	jun/14	jun/14	210.900	IPCA	6,47	Semestral	Semestral	-	-	-	-	-	(8)	11	7.297	7.300	
2ª Emissão	Transirapé	set/17	set/22	30.000	CDI	107,75	Mensal	Mensal	-	-	-	-	-	(11)	16	10.800	10.805	
2ª Emissão	Transleste	set/17	set/22	30.000	CDI	107,75	Mensal	Mensal	-	-	-	-	-	(10)	14	9.184	9.188	
2ª Emissão	Transudeste	set/17	set/22	50.000	CDI	107,75	Mensal	Mensal	-	-	-	-	-	(70)	51	33.003	32.984	
1ª Emissão	EBTE	jun/18	jun/23	110.000	CDI	112,00	Mensal	Mensal	-	-	-	-	-	(73)	19	12.001	11.947	
1ª Emissão	ETES	jun/18	jun/23	40.000	CDI	112,00	Mensal	Mensal	-	-	-	-	-	(422)	965	41.300	41.843	
2ª Emissão - I	ETAP	set/18	set/23	41.300	CDI	112,00	Único no final	Semestral	-	-	-	-	-	(1.818)	7.421	133.222	138.825	
2ª Emissão - II	ETAP	set/18	set/25	114.700	IPCA	6,17	Anual	Semestral	-	-	-	-	-	(62)	18	11.401	11.357	
1ª Emissão	ETVG	jun/18	jun/23	38.000	CDI	112,00	Mensal	Mensal	-	-	-	-	-	(1.685)	4.603	169.089	172.007	
2ª Emissão	Verde 08	jul/18	jun/25	140.000	IPCA	5,96	Único no final	Semestral	-	-	-	-	-	(311)	727	30.700	31.116	
2ª Emissão - I	ETC	set/18	set/23	30.700	CDI	113,50	Único no final	Semestral	-	-	-	-	-	(1.339)	5.519	99.074	103.254	
2ª Emissão - II	ETC	set/18	set/25	85.300	IPCA	6,17	Anual	Semestral	-	-	-	-	-	(7.620)	62.744	315.000	370.124	
2ª Emissão	EDTE	dez/18	dez/28	315.000	IPCA	NTN-B + 0,5%	Semestral	Semestral	-	-	-	-	-	(17.107)	157.180	715.000	855.073	
1ª Emissão	ETB	dez/18	fev/29	715.000	IPCA	5,34	Semestral	Semestral	-	-	-	-	-	(1.123)	3.513	117.260	119.650	
1ª Emissão	AETE	set/20	set/26	130.000	CDI	2,70	Semestral	Semestral	-	-	-	-	-	(544)	4.389	200.000	203.845	
9ª Emissão	EATE	abr/21	abr/26	200.000	CDI	1,90	Semestral	Semestral	-	-	-	-	-	(199)	1.096	50.000	50.897	
5ª Emissão	ECTE	abr/21	abr/26	50.000	CDI	100,00	Único no final	Semestral	-	-	-	-	-	(199)	1.097	50.000	50.898	
4ª Emissão	ETEP	abr/21	abr/26	50.000	CDI	100,00	Único no final	Semestral	-	-	-	-	-	(192)	1.097	50.000	50.905	
3ª Emissão	Transirapé	abr/21	abr/26	50.000	CDI	2,65	Semestral	Semestral	-	-	-	-	-	(198)	1.098	50.000	50.900	
2ª Emissão	EBTE	abr/21	abr/26	50.000	CDI	1,90	Semestral	Semestral	-	-	-	-	-	(532)	12.514	600.000	611.982	
1ª Emissão	Foz	out/21	set/28	600.000	CDI	1,70	Único no final	Semestral	-	-	-	-	-	(16.721)	150.738	680.000	814.017	
1ª Emissão	TCC	set/18	set/28	680.000	IPCA	6,53	Semestral	Semestral	-	-	-	-	-	(26.522)	237.192	1.070.000	1.280.940	
1ª Emissão	TPE	set/18	set/28	1.070.000	IPCA	6,53	Semestral	Semestral	-	-	-	-	-	(31.251)	3.546	664.608	636.903	
1ª Emissão	TSM	dez/19	dez/44	530.000	IPCA	4,50	Semestral	Semestral	-	-	-	-	-	(23.972)	108.177	415.000	499.580	
Pré - Operacionais																		
1ª Emissão	ESTE	dez/19	dez/44	415.000	IPCA	4,50	Semestral	Semestral	(1.274)	12.310	648.500	659.536	651.366	(145.008)	788.918	7.016.253	7.660.163	
TOTAL																		
Circulante									(365)	12.310	-	-	-	169.588	17.648	163.469	170.558	316.779
Não circulante									(909)	-	648.500	647.591	-	647.253	625.449	6.845.295	7.343.384	5.996.185

A Administração da Companhia, suas controladas e de sua controlada em conjunto mantêm o acompanhamento dos índices financeiros definidos nas escrituras das debêntures. Para as debêntures emitidas pela Companhia, realizam-se as apurações trimestralmente conforme os seguintes índices: • Controladora - Dívida Líquida/(Dividendos + JCP Recebíveis + EBITDA) e (Dividendos + JCP Recebíveis + EBITDA)/Despesa Financeira Líquida; e • Consolidado - Dívida Líquida/EBITDA Ajustado; EBITDA Ajustado/Despesa Financeira Líquida e Dívida Bruta/(Dívida Bruta + Patrimônio Líquido + Participação de Acionistas não Controladores). Para as debêntures emitidas pelas controladas da Companhia os índices financeiros apurados relacionam-se ao EBITDA, tal como o índice de Cobertura do Serviço da Dívida ("ICSD"), e Índice de Capital Próprio ("ICP") que são calculados anualmente, com exceção do contrato de debêntures da controlada Ferreira Gomes, o qual é apurado trimestralmente. O não cumprimento das cláusulas restritivas mencionadas acima acarreta o vencimento antecipado das debêntures. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, todas as cláusulas restritivas foram atendidas, e estes índices, estavam dentro dos limites estabelecidos nos contratos de dívida da Companhia e suas controladas. As debêntures da Companhia e suas controladas não são conversíveis em ações.

Movimentação de debêntures

Saldo inicial	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Ingresso de dívidas (custo a amortizar)	816.841	964.630	6.456.006	6.490.298
Provisão de encargos	12.916	25.776	835.354	523.901
Varição monetária	33.509	26.807	94.553	46.038
Amortização do principal	(168.278)	(158.605)	(410.032)	(433.377)
Amortização do encargos	(35.452)	(41.767)	(314.077)	(299.248)
Saldo final	659.536	816.841	7.660.163	6.456.006

Saldo a amortizar das debêntures por indexador:

Parcelas vencíveis por indexador	31/12/2021							
	Controladora							
	2022	2023	2024	2025	2026	2027	Após 2027	Total
CDI	12.310	-	324.250	324.250	-	-	-	660.810
(-) Custos a amortizar	(395)	(337)	(937)	(235)	-	-	-	(1.274)
	11.945	(337)	323.913	324.015	-	-	-	659.536

Parcelas vencíveis por indexador

Parcelas vencíveis por indexador	31/12/2021							
	Consolidado							
	2022	2023	2024	2025	2026	2027	Após 2027	Total
CDI	190.063	116.434	706.600	488.550	444.485	175.000	300.000	2.421.132
IPCA	143.317	235.915	533.931	727.141	445.394	462.147	2.836.194	5.384.039
(-) Custos a amortizar	(16.601)	(18.196)	(16.892)	(15.835)	(14.304)	(12.970)	(50.210)	(145.008)
	316.779	334.153	1.223.639	1.199.856	875.575	624.177	3.085.984	7.660.163

21. PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

a) A Administração da Companhia e suas controladas, com base em opinião de seus assessores jurídicos e na análise dos processos judiciais pendentes, constituíram provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas como prováveis para os processos em curso, como segue:

Processos judiciais	Controladora				Consolidado			
	Passivo		Ativo		Passivo		Ativo	
	Provisões	Depósitos judiciais	Provisões	Depósitos judiciais	Provisões	Depósitos judiciais	Provisões	Depósitos judiciais
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Tributário	-	-	-	-	1.706	1.477	5.008	3.953
Cível	6	6	5	5	1.180	8.537	5.623	8.461
Fundário	-	-	-	-	-	-	2.657	718
Trabalhista	1.645	5.108	810	773	3.266	8.448	2.548	2.558
Processos administrativos								
Regulatório (ANEEL)	1.651	5.114	815	778	6.152	18.462	15.862	15.717
Circulante	-	-	-	-	-	-	384	384
Não circulante	1.651	5.114	815	778	6.152	15.750	15.478	15.333

b) Movimentação da provisão para contingências:

Processos judiciais	Controladora				Consolidado			
	31/12/2020		31/12/2021		31/12/2020		31/12/2021	
	Ingressos	Atualizações	Reversão		Ingressos	Atualizações	Reversão	
Cível	6	-	-	-	6	-	-	6
Trabalhista	5.108	-	1.135	(4.598)	1.645	-	1.135	(4.598)
	5.114	-	1.135	(4.598)	1.651	-	1.135	(4.598)

Processos judiciais	Controladora				Consolidado			
	31/12/2019		31/12/2020		31/12/2019		31/12/2020	
	Ingressos	Atualizações	Reversão		Ingressos	Atualizações	Reversão	
Cível	5.933	6	-	-	6	-	-	6
Trabalhista	5.933	764	(1.589)	-	5.108	-	-	5.108
	5.933	770	(1.589)	-	5.114	-	(1.589)	5.114

Processos judiciais	Controladora				Consolidado			
	31/12/2020		31/12/2021		31/12/2020		31/12/2021	
	Ingressos	Atualizações	Reversão	Pagamentos	Ingressos	Atualizações	Reversão	Pagamentos
Tributário	1.477	-	229	-	-	-	-	1.706

continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

a) A seguir apresentamos as margens do segmento de transmissão de cada obrigação de desempenho:

	Consolidado	
	Exercício findo em 31/12/2021	31/12/2020
Implementação de infraestrutura	1.032.923	3.241.714
Receita de infraestrutura	(933.340)	(2.204.273)
Custo de infraestrutura	99.583	1.037.441
Margem	9,64%	32,00%
% Margem percebida		
Operação & Manutenção	431.639	591.201
Receita de operação e manutenção	(137.752)	(126.439)
Custo de operação e manutenção	293.887	464.762
Margem	68,09%	78,61%
% Margem percebida		

25. SUPRIMENTO DE ENERGIA E ENERGIA COMPRADA PARA REVENDA

	Controladora		Consolidado			
	Exercício findo em		Exercício findo em			
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020		
	Preço MWh (*)	Médio	Preço MWh (*)	Médio	Preço MWh (*)	Médio
Suprimento de energia						
Ambiente livre						
Ambiente livre - comercialização	338.194	217,58	73.583	598.008	161,86	96.792
Ambiente livre - partes relacionadas	305.248	187,29	57.171	175.946	76,43	13.447
Ambiente regulado	-	-	-	-	-	-
MRE e Spot (energia de curto prazo)	-	-	6.175	9.614	-	-
Total			136.929	119.853	797.636	645.875
Energia comprada para revenda						
Ambiente livre	(233.527)	154,98	(36.192)	(394.294)	208,77	(82.318)
Ambiente livre - partes relacionadas	(435.899)	247,20	(107.753)	(424.708)	199,81	(84.862)
MRE e Spot (energia de curto prazo)	-	-	(24)	-	(2.977)	-
(-) Crédito de Pis/Cofins energia	-	-	11.565	-	17.003	-
Total			(132.404)	(153.154)	(146.165)	(141.772)

(*) Informações não examinadas pelos auditores independentes

26. CUSTOS E DESPESAS

	Controladora		Consolidado		
	Exercício findo em		Exercício findo em		
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	
	Despesas Gerais e administrativas	Custos dos serviços prestados	Despesas Gerais e administrativas	Custos dos serviços prestados	Total
Pessoal	(11.653)	(894)	(12.547)	(642)	(12.053)
Honorários da administração	(15.068)	-	(15.068)	(10.582)	-
Material	(147)	-	(147)	(122)	-
Serviços de terceiros	(9.281)	(184)	(9.465)	(12.320)	(314)
Depreciação e amortização	(1.076)	-	(1.076)	(2.948)	-
Provisões	3.463	-	3.463	818	818
Aluguéis	(247)	-	(247)	(287)	-
Seguros	(51)	-	(51)	(182)	-
Doações, contribuições e subvenções	(210)	(162)	(372)	(802)	(249)
Tributos e taxas	(503)	-	(503)	(430)	(60)
Outros	(473)	-	(473)	(6)	-
Total	(35.246)	(1.240)	(36.486)	(38.272)	(1.265)

	Controladora		Consolidado		
	Exercício findo em		Exercício findo em		
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	
	Custos do serviço	Despesas	Custos do serviço	Despesas	Total
Pessoal	(84.852)	(23.019)	(147.909)	(60.817)	(57.037)
Honorários da administração	(20.305)	(23.684)	(31.454)	(43.036)	(646.774)
Serviços de terceiros	(68.815)	(695.746)	(49.674)	(814.235)	(52.756)
Depreciação e amortização	(134.496)	-	(5.067)	(139.563)	(127.828)
Provisões	922	(1.989)	3.357	2.290	(3.268)
Aluguéis	(6.967)	(1.149)	(773)	(8.889)	(4.075)
Seguros	(20.036)	(695)	(440)	(21.171)	(14.610)
Doações e contribuições	(875)	-	(4.654)	(5.529)	(974)
Tributos e taxas	(2.907)	(2.165)	(1.644)	(6.716)	(2.809)
Outros	(805)	(184.893)	(1.812)	(187.510)	(2.101)
Recuperação de custo - GSF	62.753	-	62.753	-	-
Total	(276.383)	(933.340)	(133.894)	(1.343.617)	(312.274)

O valor de "Outros" em Custo de infraestrutura refere-se a basicamente custo de dívida considerado como custo de infraestrutura, gastos com faixas de servidão e outros gastos.

27. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	Controladora		Consolidado	
	Exercício findo em		Exercício findo em	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Receitas Financeiras				
Receita de aplicações financeiras			24.638	20.471
Atualização monetária			1.017	785
Outras receitas financeiras (*)			52.473	2.662
Total			78.128	23.918
Despesas Financeiras				
Encargos sobre dívida			(46.425)	(52.655)
Ganho (perda) na variação cambial			11	43
Atualização monetária			(74)	(176)
Juros sobre arrendamentos			(1.048)	(848)
Despesas bancárias			(614)	(581)
Outras despesas financeiras			-	-
Total			(48.150)	(54.217)
Total Líquido			29.978	(30.299)

(*) O montante de R\$48.582 em Outras receitas financeiras da controladora, refere-se a comissão de aval sobre empréstimos prestados pela Alupar em favor de controladas, veja nota explicativa nº 29, com base em acordo efetuado entre os acionistas controladores e os acionistas não controladores dessas controladas.

28. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	Controladora		Consolidado	
	Exercício findo em		Exercício findo em	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Imposto sobre Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ	27.464	25.596	49.603	68.237
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	1.242	-	5.170	1.423
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	-	436	13.783	15.211
Total de imposto de renda e contribuição social compensáveis	28.706	26.032	68.556	84.871
Circulante	28.706	26.032	65.067	81.684
Não circulante	-	-	3.489	3.187

	Controladora		Consolidado	
	Exercício findo em		Exercício findo em	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Imposto sobre Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ	-	-	24.826	22.594
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	-	-	40.727	41.048
Total de imposto de renda e contribuição social a pagar	-	-	65.553	63.642

	Controladora		Consolidado	
	Exercício findo em		Exercício findo em	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Imposto de renda e contribuição social diferidos				
Imposto de renda diferido - ativo			16.708	4.243
Contribuição social diferida - ativo			3.499	2.445
Total			20.207	6.688
Imposto de renda diferido - passivo			(1.811.556)	(1.349.057)
Contribuição social diferida - passivo			(760.424)	(576.767)
Total			(2.571.980)	(1.925.824)

As empresas de lucro real com impacto pela lei 12.973: EBTE, EATE, ETEP, ECTE, ENTE, ETES, ETEM, STN, ELTE, TME e ETVG. As empresas EBTE, FOZ, FGE, ELTE e Verde 8 possuem ativo diferido referente a constituição do prejuízo fiscal. Detalhamento da origem do IR/CS diferidos:

	Controladora		Consolidado	
	Exercício findo em		Exercício findo em	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Prejuízo fiscal e base negativa	20.207	6.688	(1.300)	1.240
Contrato de concessão	(2.568.752)	(1.923.319)	(603.068)	(695.924)
Diferimento de receita para órgãos públicos	(3.228)	(2.505)	(3.228)	(2.505)
Direito de extensão da outorga	-	-	(23.304)	-
Total	(2.551.773)	(1.919.136)	(630.900)	(697.189)

c) A reconciliação da taxa efetiva da alíquota nominal para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	Exercício findo em		Exercício findo em	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Resultado antes dos tributos	2.864.467	2.856.815	2.864.467	2.856.815
Alíquota nominal	34%	34%	34%	34%
Expectativa de despesa com tributos às alíquotas nominais	(973.918)	(971.317)	(973.918)	(971.317)
Conciliação para a despesa reconhecida no resultado:				
Incentivo Fiscal (*)	119.744	114.182	119.744	114.182
Doações - Lei Rouanet/Esporte/FIA	2.924	3.507	2.924	3.507
Compensação de prejuízo fiscal e base negativa	(18.445)	2.298	(18.445)	2.298
(-) Despesas e provisões indedutíveis	(5.095)	(2.326)	(5.095)	(2.326)
(-) Resultado de equivalência patrimonial	(1.787)	9.224	(1.787)	9.224
(-) Exclusão - Receita financeira da concessão - Art. 84 inciso II IN nº 1515/14	859.289	461.608	859.289	461.608
(+) Adição "AVP" - Art. 84 inciso II IN nº 1515/14	(367.881)	(241.191)	(367.881)	(241.191)
Reversão do efeito da alíquota lucro presumido	113.362	52.131	113.362	52.131
Exclusão dos efeitos CPC 47	(481.814)	(88.740)	(481.814)	(88.740)
Diferimento de órgãos públicos	(3.228)	(2.505)	(3.228)	(2.505)
Direito de extensão da outorga	23.304	-	23.304	-
Outras	11.894	(138.181)	11.894	(138.181)
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(741.651)	(801.310)	(741.651)	(801.310)
(*) Alíquota efetiva	25,9%	28,0%	25,9%	28,0%

c) Informações fiscais federais que garantem a redução de 75% do imposto de renda na região da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). d) A abertura por Empresa referente ao regime de apuração do imposto de renda e contribuição social, incluindo as alíquotas de Pis/Cofins das controladas é como segue:

Empresas	Referente Ano Fiscal 2021			
	Alíquota de Pis e Cofins	Incentivo fiscal REIDI até:	Incentivo fiscal SUDAM/SUDENE até:	Incentivo fiscal de ICMS até:
Controladas				
Alupar Peru	Não aplicável	-	-	(**)
Transminas	9,25%	-	-	Lucro Real
Alupar Chile	Não aplicável	-	-	(**)
Foz	3,65%	-	-	Lucro Presumido
Ijuí	3,65%	-	-	Lucro Presumido
Lavrinhas	3,65%	-	-	Lucro Presumido
Queluz	3,65%	-	-	Lucro Presumido
Ferreira Gomes (**)	9,25%	-	2026	Lucro Real
GET	9,25%	-	-	Lucro Real
Risaralada	Não aplicável	-	-	(**)
Alupar Colômbia	Não aplicável	-	-	(**)
Verde 8 (**)	9,25%	-	-	Lucro Real
Agua Limpá	9,25%	-	-	Lucro Real
La Virgen	Não aplicável	-	-	(**)
EATE (*)	Regime misto - Licitada 3,65% e RBNi 9,25%	-	2023	Lucro Real
STN (*)	9,25%	-	2025	Lucro Real
ETES	9,25%	2021	2030	Lucro Real
ETEP (*)	Regime misto - Licitada 3,65% e RBNi 9,25%	-	2025	Lucro Real
ENTE (*)	Regime misto - Licitada 3,65% e RBNi 9,25%	-	2025	Lucro Real
EATE (*)	3,65%	-	2024	Lucro Presumido

Empresas Controladas	Alíquota de Pis e Cofins	Referente Ano Fiscal 2021			Regime de tributação
		Incentivo fiscal REIDI até:	Incentivo fiscal SUDAM/SUDENE até:	Incentivo fiscal de ICMS até:	
ECTE (*)	Regime misto - Licitada 3,65% e RBNi 9,25%	-	-	-	Lucro Real
ETEM	9,25%	-	2024	-	Lucro Real
ETVG	9,25%	-	2024	-	Lucro Real
ELTE	9,25%	2020	-	-	Lucro Real
Lumitrans	3,65%	-	-	-	Lucro Presumido
STC	3,65%	-	-	-	Lucro Presumido
ACE	9,25%	-	-	-	Lucro Real
AF	9,25%	-	-	-	Lucro Real
Windepar	9,25%	-	-	-	Lucro Real
ETAP	9,25%	-	2029	-	Lucro Real
ETC	3,65%	-	-	-	Lucro Presumido
TCC	9,25%	2022	-	2020	Lucro Real
TPE	9,25%	2022	2031	2020	Lucro Real
TSM	9,25%	2022	-	-	Lucro Real
UFV Pitombeira	9,25%	-	-	-	Lucro Real
AETE	3,65%	-	-	-	Lucro Presumido
EBTE	9,25%	-	2020	-	Lucro Real
Transleste	3,65%	-	-	-	Lucro Presumido
Transudeste	3,65%	-	-	-	Lucro Presumido
Transirapé	3,65%	-	-	-	Lucro Presumido
ESDE	3,65%	-	-	-	Lucro Presumido
ETSE	3,65%	-	-	-	Lucro Presumido
ESTE	9,25%	-	-	-	Lucro Real
EDV I	3,65%	-	-	-	Lucro Presumido
EDV II	3,65%	-	-	-	Lucro Presumido
EDV III	3,65%	-	-	-	Lucro Presumido
EDV IV	3,65%	-	-	-	Lucro Presumido
EDV X	3,65%	-	-	-	Lucro Presumido
TCE	Não aplicável	-	-	-	(**)
EDTE	9,25%	-	2029	-	Lucro Real
TME	9,25%	-	2024	-	Lucro Real
ETB	9,25%	2022	2030	2020	Lucro Real
EAP I	9				

continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

- 11.925; EDV X - 12.900 - 10/12/19 - 15/10/32 - 13.363; N/A - N/A - La Virgen - Alupar - Contrato de empréstimo de longo prazo - AV Corporativo - USD 80.000 - 10/03/17 - 10/03/32 - 395.665; 04/12/2018 - Assembleia Geral Extraordinária - EDTE - Alupar, TAESA e ENTE - 2º Emissão de Debêntures (incentivada) - Fiadora - 315.000 - 04/12/18 - 15/12/28 - 377.744; 10/12/2019 - Assembleia Geral Extraordinária - ESTE - Alupar, TAESA, EATE e AF Energia - 1ª Emissão de Debêntures (incentivada) - Fiança - Penhor de ações e cessão fiduciária - 415.000 - 10/12/19 - 15/12/44 - 523.177; 16/11/2020 - Assembleia Geral - Alupar Peru - Alupar - Contrato de empréstimo de Médio prazo - PAGARE A FAVOR DE ITAU - USD 16.000 - 27/11/20 - 27/11/23 - 101.196; b,2) As transações de garantias entre as empresas do grupo referentes a contratos de fornecimento, suporte de montagem, supervisão do comissionamento, fiança e locação de imóvel não residencial estão relacionadas abaixo: **Data da - Autorização - Órgão - Autorizador Empresa Garantida/Contratada - Empresa - Garantidora/Contratada - Contrato n°/Objeto - Garantia - Valor do Contrato - Início do Contrato - Encerramento do Contrato - Saldo devedor do Contrato - 31/12/21:** 10/03/17 - Conselho da La Virgen - La Virgen - Alupar - Carta Fiança - Guaranty greement - USD 80000 - 10/03/17 - 10/03/32 - 395.665; ---- - Risaralá - Alupar - Carta Fiança - Fiadora no Contrato de Empréstimo de 29/05/2018 - COP 120.000,00 - 30/05/18 - 30/05/25 - 138.345; ---- - TCE - Alupar - Fiança - Garantir a garantia bancária prestada em favor de XM Companhia de Expertos em Mercados S.A. E.S.P. - COP 53.259.299.347 - 30/11/16 - 01/03/22 - COP 53.259.299.347 ---- - Ferreira Gomes - Alupar - Carta Fiança - Instrumento Particular de Constituição de Garantia por Prestação de Fiança nº 180220317 - ONS - 3.434 - 16/06/20 - 24/06/22 - 3.434; ---- - Foz - Alupar - Fiança - Garantir o Pagamento do valor executado nos autos do processo nº 0119265.58.8.09.0173, em curso perante o Juiz de Direito da Viana Cível da Comarca de São Simão - 1.512 - 15/03/19 - 15/03/22 - A fiança será extinta tão logo a ação seja julgada; ---- - Alupar Peru - Alupar - Carta de Fiança - Fiadora no Contrato de Empréstimo - USD 17.500 - 18/03/19 - 17/03/22 - 196.579; ---- - Queluz - AF Energia - Serviços de Operação remota Localmente assistida e parcialmente Desassistida e Manutenção da Usina - Mobilização: R\$ 19.000,00 - Operação Local e Manutenção: R\$ 106.500,00 - Operação Remota e Manutenção: R\$ 64.000,00 - 01/03/13 - indeterminado ---- - Lavrinhas - 04/09/13 - indeterminado ---- - Foz - AF Energia - Serviços de Operação remota e Manutenção da Usina - Operação Remota e Manutenção R\$ 170.000,00 - 01/03/13 - indeterminado ---- - Juí - 01/03/13 - indeterminado ---- - Ferreira Gomes - AF Energia - Serviços de Operação remota e Localmente Assistida e Manutenção da Usina - Mobilização: R\$ 50.000,00 - Operação Local e Manutenção: R\$ 420.000,00 - Operação Remota e Manutenção: A acordar entre as Partes via Aditivo de contrato - 24/02/14 - indeterminado ---- - Foz - ACE - Contrato de Assessoramento - R\$ 2.750,00 mensal - 01/06/14 - indeterminado ---- - Juí - 01/06/14 - indeterminado ---- - Lavrinhas - gratuito - 01/06/14 - indeterminado ---- - Queluz - 01/06/14 - indeterminado ---- - EATE - ECTE, ETEP, ERTE, ENTE, STC, LUMITRANS, EBTE, ESDE e ETSE - Sublocação de Imóvel - R\$ 36.954,00/mês - 02/01/14 - 02/01/24 ---- - EATE - ENTE - CCI - SE Aqualiã - R\$ 8.284,86/mês - 26/01/05 - 12/06/31 ---- - EBTE - BRASNORTE - CCI - R\$ 15.000,00/mês - 30/11/10 - Extinção da Concessão de uma das partes. ---- - EBTE - BRASNORTE - CCI - R\$ 15.000,00/mês - 08/02/11 - Extinção da Concessão de uma das partes. ---- - EBTE - BRASNORTE - Acordo de Cooperação Técnica - 10/09/12 - Extinção da Concessão de uma das partes. ---- - ESDE - CEMIG - CCT - R\$ 673.334,03/Ano - 25/09/12 - Extinção da Concessão de uma das partes. ---- - ESDE - CEMIG GT - Operação e Manutenção - R\$ 52.490,64/mês - 15/10/12 - 06/02/22 ---- - ESDE - CEMIG - GT - CCI - R\$ 3.000,00/mês +R\$ 9.000,00/mês de O&M enquanto não for celebrado o Termo de Transferência dos Ativos - 28/12/12 - Extinção da Concessão de uma das partes. ---- - ETAU - STC - CCI - R\$ 2.920,00/mês - 16/11/06 - Extinção da Concessão de uma das partes. ---- - EDV - Transnorte - Manaus Transmissora - CCI - R\$ 246.617,93 por 6 meses + R\$ 9.069,00/mês. 11/11/13 - Extinção da Concessão de uma das partes. ---- - EDV (Comodatária) - Alupar (Comodatária) - Contrato de Comodato nº EVIV_JUI_COM_01989-15 envolvendo área do imóvel denominado Sítio Picada para instalação de Unidade Fotovoltaica ---- - 01/06/15 - 01/06/45 ---- - ETSE - CELSC - CCT - R\$ 754.335,14/Ano - Conexã à SE Gaspar 2 com 4 pontos de linha - Extinção da Concessão de uma das partes. ---- - Lumitrans - EBTE - Contrato de Comodato - ---- - 29/03/16 - Devolução do Equipamento ---- - STC - ETSE - CCI ---- - 15/05/14 - Extinção da Concessão de uma das partes. ---- - STC - EATE - Contrato de Comodato - ---- - 29/03/16 - Devolução do Equipamento ---- - STN - CHESEF COM nº 001/2009 Contrato de Operação de Linha e Equipamentos de Subestação, Manutenção e Serviços de Telecomunicações - R\$ 2.969.079,12/Ano a preços de Junho/2014 - 01/02/10 - Contrato dispõe que a prorrogação da vigência em seu término, mediante Termo Aditivo. ---- - STN - CHESEF - CCI nº 002/2005 Contrato de Compartilhamento de Instalações - R\$ 9.500,00/Mês a preços de dezembro/2005 - 13/12/05 - Extinção da Concessão de uma das partes. ---- - TRANSELESTE - TRANSPARISA - Contrato de Comodato - ---- - 27/05/21 - 27/05/22 ---- - EDTE - ESTE - Contrato de Comodato - ---- - 09/06/21 - 09/06/22 ---- - EDTE - TPE, IE Paraguai e Tropicália - Termo de Transferência não Onerosa - Ramal de Distribuição - ---- - 34.782 - 02/10/20 - Indeterminado ---- - STC - ETSE - Contrato de Comodato (Transformador) ---- - 10/02/21 - 10/02/22 ---- - ENTE - TRANSPARISA - Contrato de Comodato (Termovisor) ---- - 15/02/21 - 15/02/22 ---- - c) Remuneração da alta administração: Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 27 de abril de 2021, foi aprovada pelos acionistas da Companhia a remuneração global dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria para o exercício social de 2021 no montante de até R\$13.146 líquido de encargos sociais - INSS, 2/9 da Companhia conforme Ofício Circular SEP 01/2021 da CVM, sendo R\$9328 referentes à remuneração dos membros do Conselho de Administração e R\$12.218 referentes à remuneração da Diretoria:

	Controladora		Consolidado	
	Exercício findo em	Exercício findo em	Exercício findo em	Exercício findo em
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Remuneração da diretoria (i)	10.948	8.095	22.614	19.471
Remuneração do conselho	946	1.084	1.906	2.577
Encargos sociais do conselho e diretoria	3.174	1.403	6.934	3.107
Total	15.068	10.582	31.454	25.155

(i) Compostos por ordenados, salários, participação nos lucros, benefícios não monetários (tais como assistência médica e odontológica), benefícios de aposentadoria, seguro de vida e gratificações.

30. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

30.1. Considerações gerais: A Companhia e suas controladas mantêm operações com instrumentos financeiros, cujos limites de exposição aos riscos de crédito são aprovados e revisados periodicamente pela Administração. A Companhia e suas controladas limitam os seus riscos de crédito por meio da aplicação de seus recursos em instituições financeiras de primeira linha. 30.2. Valor Justo e Hierarquia do valor justo: Encontra-se a seguir uma compactação por classe do valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia e suas controladas apresentados em 31 de dezembro de 2021 e 2020, bem como, utilizaram a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros e pela técnica de avaliação: • Nível 1 - preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos; • Nível 2 - outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente, e • Nível 3 - técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

	Consolidado				Classificação	Nível
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020		
Ativos financeiros	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo		
Caixa e bancos	35.208	35.208	44.514	44.514	Custo amortizado	2
Equivalentes de caixa	341.911	341.911	630.095	630.095	VJR ^(*)	-
Investimentos de curto prazo	1.553.503	1.553.503	1.405.506	1.405.506	VJR ^(*)	2
Títulos e valores mobiliários	121.666	121.666	103.619	103.619	VJR ^(*)	2
Contas a receber de clientes	416.231	416.231	436.256	436.256	Custo amortizado	-
Total	2.468.519	2.468.519	2.619.990	2.619.990		
Passivos financeiros						
Fornecedores	198.387	198.387	385.127	385.127	Custo amortizado	-
Empréstimos e financiamentos	2.387.593	2.387.593	2.519.450	2.519.450	Custo amortizado	-
Debêntures	7.660.163	7.655.751	6.456.006	6.451.594	Custo amortizado	-
Passivo de arrendamento	48.413	48.413	35.692	35.692	Custo amortizado	-
Total	10.294.556	10.290.144	9.396.275	9.391.863		

(*) Valor j usto por meio do resultado. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, não houve transferência entre avaliações de valor justo nível 1 e nível 2, e nem transferência entre avaliações de valor justo nível 2 e nível 3. As metodologias utilizadas pela Companhia e suas controladas para a divulgação do valor justo foram as seguintes: • Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e fornecedores se aproximam do seu respectivo valor contábil. • Empréstimos financiamentos e encargos de dívidas (líquidos dos custos a amortizar); b) BNDES/BNB/FINAME/FINEM: em decorrência desse contrato ser de longo prazo, portanto, não contemplado sob o escopo do CPC 12, que preceitua que passivos dessa natureza não estão sujeitos à aplicação do conceito de valor presente por taxas diversas daquelas a que esses empréstimos e financiamentos já estão sujeitos, pelo fato do Brasil não ter um mercado consolidado para esse tipo de dívida de longo prazo, ficando a oferta de crédito restrita a apenas um ente governamental. Diante do exposto acima, a Companhia e suas controladas utilizaram o mesmo conceito na definição do valor justo para esses empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas; e ii) FCO Banco do Brasil: como os valores a pagar são reajustados pela TJLP (taxa de juros de referência do Governo Federal), o valor justo dessa dívida é o próprio valor contábil, uma vez que estão refletidas as taxas de mercado para este instrumento financeiro. • Debêntures: o valor justo para as debêntures com mercado ativo não possui diferença relevante para o saldo contábil, uma vez que a variação do valor do preço unitário no mercado secundário divulgado no sítio eletrônico www.debentures.com.br é próximo ao valor contábil. Para as debêntures das controladas que não estão negociadas no mercado ativo, a Companhia e suas controladas utilizaram os preços de mercado com características similares, realizou o cálculo do valor justo e não identificou diferenças relevantes. Não houve reclassificação de categoria de instrumentos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2021. 30.3. Informações sobre Liquidez: A Companhia e suas controladas têm como política a eliminação dos riscos de mercado, evitando assumir posições expostas a flutuações de valores de mercado e operando apenas com instrumentos que permitam controles de riscos. A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela administração da Companhia. O Conselho de Administração tem responsabilidade geral pelo estabelecimento e supervisão do modelo de administração de risco da Companhia. O Conselho de Administração estabeleceu um Comitê de Finanças, Auditoria e Partes Relacionadas. A Companhia e suas controladas possuem um nível significativo de endividamento em razão da necessidade de grande volume de recursos financeiros para a realização de investimentos. Em 31 de dezembro de 2021, o endividamento total consolidado (Soma de empréstimos, financiamentos e debêntures do passivo circulante e não circulante) era de R\$110.047.756, sendo que 94,7% desse valor (ou R\$95.191,93) correspondia a endividamento de curto prazo. Desta forma, variações adversas significativas nas taxas de juros na economia brasileira nos impactariam, causando um aumento das despesas futuras da Companhia e suas controladas, o que poderia reduzir o lucro líquido e, conseqüentemente, a capacidade para honrar as obrigações contratuais e os valores disponíveis para distribuição aos acionistas na forma de dividendos e outros proventos. Além disso, a Companhia e suas controladas podem incorrer em endividamento adicional no futuro para financiar aquisições, investimentos ou para outros fins, bem como para a conclusão de nossas operações, sujeito às restrições aplicáveis à dívida existente. Caso a Companhia e suas controladas incorram em endividamento adicional, os riscos associados com a sua alavancagem financeira poderão aumentar, tais como a possibilidade de não conseguir gerar caixa suficiente para pagar o principal, juros e outros encargos relativos à dívida ou para fazer distribuições aos acionistas. Atualmente o grau de alavancagem financeira da Controladora é de 0,97 (1,03 em 2020) e do Consolidado é de 1,32 (1,16 em 2020). Além disso, caso haja descumprimento de determinadas obrigações de manutenção de índices financeiros, poderá ocorrer vencimento antecipado das dívidas anteriormente contraias, o que pode impactar de forma relevante a capacidade da Companhia e suas controladas de honrar suas obrigações. Na hipótese de vencimento antecipado das dívidas, os ativos e fluxo de caixa poderão ser insuficientes para quitar o saldo devedor dos contratos de financiamento. Caso não seja possível realizar a manutenção dos níveis de endividamento da Companhia e suas controladas e/ou incorrer em dívidas adicionais, a Companhia e suas controladas poderão ter seus negócios, resultados operacionais e financeiros, bem como os fluxos de caixa adversamente afetados. Os vencimentos contratuais dos principais passivos financeiros na data das demonstrações contábeis estão apresentados nas notas explicativas 19 e 20. Em 31 de dezembro de 2021, a estrutura de capital consolidada da Companhia é de 38,9% de recursos próprios em contrapartida a 61,1% de capital de terceiros (39,6% de recursos próprios e 60,4% de capital de terceiros em 31 de dezembro de 2020). Adicionalmente, a Companhia e suas controladas possuem uma relação dívida sobre patrimônio líquido de 97% em 31 de dezembro de 2021 (100,9% em 31 de dezembro de 2020). 30.4. Informações qualitativas e quantitativas sobre Instrumentos Financeiros: Análise de sensibilidade das aplicações financeiras: Como a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras as quais a Companhia e suas controladas estavam expostas na data-base de 31 de dezembro de 2021, foram definidos 5 cenários diferentes. Com base no relatório FOCUS de 31 de dezembro de 2021, foi extraída a projeção dos indexadores SELIC/CDI e assim definindo-os como o cenário provável; a partir desse foram calculadas variações de 25% e 50%. Para cada cenário foi calculada a receita financeira bruta não levando em consideração incidência de impostos sobre os rendimentos das aplicações. A data base utilizada da carteira foi 31 de dezembro de 2021 projetando para um ano e verificando a sensibilidade do CDI com cada cenário.

Projeção Receitas Financeiras - Um Ano

Aplicações financeiras - Consolidado	Indexador	Posição em 31.12.2021	Risco de redução		Risco de aumento		
			Cenário Provável	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
			10,63%	5,31%	7,97%	13,28%	15,94%
Equivalentes de caixa	CDI	341.911	36.328	16.164	27.246	45.410	54.492
Investimentos de curto prazo	CDI	1.553.503	165.060	82.530	123.795	206.325	247.590
Títulos e valores mobiliários	CDI	121.666	12.927	6.464	9.695	16.159	19.391
Total		2.017.080	214.315	107.158	160.736	267.894	321.473

Análise de sensibilidade ao risco de taxa de juros: Como a finalidade de verificar a sensibilidade dos indexadores nas dívidas aos quais a Companhia e suas controladas estavam expostas na data-base de 31 de dezembro de 2021, foram definidos 05 cenários diferentes. Como cenário provável, adotado pela Companhia, o CDI e o IPCA projetados foram obtidos por meio do relatório Focus do Banco Central de 31 de dezembro de 2021; e no caso da TJLP, a taxa utilizada foi a última divulgada pelo Conselho Monetário Nacional; a partir desses parâmetros foram calculados os cenários I e II com 25% e 50% de redução do risco e os cenários III e IV com 25% e 50% de elevação do risco, respectivamente. Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta não levando em consideração incidência de impostos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para um ano. A data-base utilizada da carteira foi 31 de dezembro de 2021, projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

Projeção Despesas Financeiras - Um Ano

Empréstimos, financiamentos e debêntures - Consolidado	Indexador	Taxa de juros média a.a.	Posição em 31/12/ 2021 (*)	Risco de redução		Risco de aumento		
				Cenário Provável	Cenário II (-25%)	Cenário III (-25%)	Cenário IV (+50%)	
				6,08%	3,04%	4,56%	7,08%	9,12%
TJLP +	2,36%	620.906	53.264	33.944	43.604	62.924	72.584	
IPCA +	1,68%	59.998	3.829	2.419	3.124	4.535	5.240	
CDI +	3,06%	507.570	39.733	27.637	33.685	45.782	51.830	
Debêntures	CDI +	4,62%	2.421.132	1.151.798	980.215	1.066.006	1.237.588	1.323.378
Total	IPCA +	5,44%	5.384.039	555.570	424.288	489.928	621.211	696.850

(*) A posição da data-base refere-se ao principal das dívidas sem considerar os encargos e exceto também os contratos que são remunerados com taxa fixa. 30.5. Fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia e suas controladas: Os principais fatores de risco que afetam o negócio da Companhia e suas controladas podem ser assim descritos: 30.5.1. Risco de crédito: Está associado a uma eventual impossibilidade da Companhia e suas controladas realizarem seus direitos provenientes de contas a receber; caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo. a) Contas a receber de clientes: Possibilidade da Companhia e suas controladas incorrerem em perdas resultantes da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes. Na Companhia a comercialização de energia é realizada através de normas e diretrizes aplicadas na aprovação, exigência de garantias e acompanhamento das operações. Nas controladas de transmissão os contratos são mantidos com a ONS, concessionárias e outros agentes, regulando a prestação de seus serviços vinculados a usuários da rede básica, com cláusula de garantia bancária. Nas controladas de geração de energia elétrica existem contratos no ambiente regulado (ACR) e bilaterais que preveem a apresentação de contratos de constituição de garantias. b) Caixa e equivalentes de caixa e Investimento de curto prazo: Risco associado às aplicações financeiras depositadas em instituições financeiras que estão suscetíveis às ações do mercado e ao risco a ele associado, principalmente à falta de garantias para os valores aplicados, podendo ocorrer a perda destes valores. Este risco é mitigado pela Administração na escolha de seus investimentos tanto em títulos do Tesouro Brasileiro quanto em Instituições Financeiras de primeira linha (Banco do Brasil S.A., Banco Santander S.A., Banco Itaú S.A., Caixa Econômica Federal e Banco do Nordeste do Brasil S.A.) e com estabelecimento de limites de concentração, seguindo suas políticas internas quanto à avaliação dos investimentos em relação ao patrimônio líquido das instituições financeiras. 30.5.2. Risco de liquidez: Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possui uma posição de caixa e equivalentes de caixa, investimentos de curto prazo e títulos e valores mobiliários no ativo circulante e não circulante que totalizam o montante de R\$2.052.288 no Consolidado, bem como uma geração de caixa suficiente para cobrir suas exigências de curto prazo e para seu programa de aquisições e investimentos. Adicionalmente, a gestão de riscos da Companhia e suas controladas tem como princípio afastar eventuais riscos financeiros que possam ser adicionados aos negócios. Em relação ao caixa, as aplicações financeiras são geridas conservadoramente, com foco na disponibilidade de recursos para fazer frente às necessidades da Companhia e suas controladas. Busca-se as melhores rentabilidades, levando-se em consideração os limites de risco, liquidez e concentração das aplicações e as taxas contratadas são acompanhadas regularmente comparando-as com as vigentes no mercado. Outro ponto importante é que 93,44% da dívida consolidada refere-se ao endividamento das controladas da Companhia (90,90% em 31 de dezembro de 2020), sendo em sua grande maioria na modalidade de *project finance*, captados juntos ao BNDES, emissão de debentures de infra e outras instituições de fomento. Cerca de 8,43% da dívida total consolidada refere-se às empresas pré-operacionais (38,01% em 31 de dezembro de 2020). 30.5.3. Riscos de mercado: Risco Hidrológico: O suprimento de energia do Sistema Interligado Nacional (SIN) provém, na sua maior parte, de usinas hidrelétricas. Como o ONS opera o SIN em sistema de despacho otimizado e centralizado, incluindo as concessões de geração de energia elétrica de Alupar, estão sujeitos a condições operacionais e interrupções não previstas verificadas, tanto na região geográfica em que opera como em outras regiões do País. Portanto, com o objetivo de mitigar o risco hidrológico individual de cada bacia do SIN, criou-se o Mecanismo de Realocação de Energia - MRE para compartilhar o risco hidrológico das diversas bacias do SIN. O MRE é um mecanismo que busca repartir a produção de energia entre as usinas hidrelétricas proporcionalmente à garantia física de cada empreendimento, independentemente do seu regime de produção individual. Quando o conjunto de usinas do MRE não produz energia suficiente para atender a totalidade da garantia física deste conjunto, verifica-se uma situação de déficit, usualmente conhecida pelo acrônimo "Generation Scaling Factor (GSF)" ou Fator de Ajuste MRE, que pode resultar em exposições financeiras negativas para os geradores hidrelétricos. Entretanto, ressalta-se que a totalidade da capacidade de geração hidrelétrica das controladas de geração da Companhia está inserida no Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), que distribui o risco hidrológico por todas as usinas vinculadas ao MRE. A combinação dos três fatores: (i) baixo nível de armazenamento de energia nos reservatórios do SIN; (ii) permanência do atual cenário de despacho termoeletrício elevado; e (iii) a obrigação de entrega da garantia física - poderá resultar em uma exposição da Companhia e suas controladas ao mercado de energia de curto prazo, o que pode afetar os seus resultados financeiros futuros. • Risco de Desconstrução: Os recursos das hidrelétricas - controladas da geração da Companhia, estão sendo vendidos no Ambiente de Contratação Regulada (ACR) e no Ambiente de Contratação Livre (ACL), estando, aproximadamente, 15% dos recursos, sob risco desconstruídos. Eventuais custos ou taxas de quantidade de energia não produzidas nas condições do mercado de curto prazo, ou seja, Preço de Liquidação das Diferenças (PLD). As controladas de transmissão da Companhia podem sofrer dificuldades operacionais e interrupções não previstas ocasionadas por eventos fora do seu controle. Estes eventos adversos podem ocorrer em forma de acidentes, quebra ou falha de equipamentos e/ou processos, desempenho abaixo dos níveis de disponibilidade esperados, infecção dos ativos de transmissão e catástrofes (explosões, incêndios, fenômenos naturais, deslizamentos, sabotagem ou outros eventos similares). A cobertura de seguro dessas controladas poderá não ser suficiente para cobrir todos os custos e perdas em razão dos danos causados a seus ativos e/ou interrupções de serviço, causando um efeito adverso relevante ao negócio. Toda a receita obtida com a implementação, operação e manutenção das instalações das controladas de transmissão estão relacionadas à disponibilidade dos serviços. De acordo com os contratos de concessão de transmissão, à aplicação de penalidades é determinada pelo nível e/ou duração da indisponibilidade dos serviços. Caso as operações

sejam interrompidas ou não seja cumprido os padrões de qualidade previstos nos contratos de concessão de transmissão de energia elétrica, as controladas poderão ser obrigadas ao pagamento de perdas e danos. Portanto, eventuais interrupções na prestação dos serviços de transmissão de energia elétrica ocasionadas por eventos fora do controle das controladas de transmissão, poderá causar um efeito adverso significativo nos negócios, condição financeira e resultados operacionais das controladas. 30.5.4. Risco de taxa de câmbio: A Companhia e suas controladas não utilizam instrumentos financeiros derivativos para proter o ou reduzir os custos financeiros das operações de financiamentos e contratos de compras vinculados às moedas estrangeiras, visto que a exposição a dívidas denominadas em moeda estrangeira na Companhia e suas controladas representa apenas 10,36% do total da dívida consolidada em 31 de dezembro de 2021 (9,87% em 31 de dezembro de 2020). De acordo com suas políticas financeiras internas, a Companhia e suas controladas não têm efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo. 30.5.5. Risco de regulação: As atividades das controladas da Companhia, assim como de seus concorrentes são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia e suas controladas. 30.5.6. Risco financeiro: Risco associado às aplicações financeiras depositadas em instituições financeiras que estão suscetíveis às ações do mercado e ao risco a ele associado, principalmente à falta de garantias para os valores aplicados, podendo ocorrer a perda destes valores. Este risco é mitigado pela Administração na escolha de Instituições Financeiras de primeira linha e com o estabelecimento de limites de concentração. 30.5.7. Risco de alteração de dívidas: A Companhia e suas controladas possuem contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures, com cláusulas restritivas ("covenants") normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionadas à atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros (vide notas explicativas nº 19 e nº 20). 30.5.8. Risco de estrutura de capital: Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia e suas controladas fazem para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia e suas controladas monitoram permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (covenants) previstos em contratos de empréstimos, financiamento. Em determinadas circunstâncias podem ocorrer à captação de novos empréstimos, dentre outros instrumentos que a Companhia e suas controladas julgarem necessário. Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, a Companhia e suas controladas incluem dentro da estrutura de dívida líquida os empréstimos e financiamentos, deduzidos do caixa e equivalentes de caixa, investimentos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, conforme segue:

	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Empréstimos e financiamentos			2.387.593	2.519.450
Debêntures	659.536	816.841	7.660.163	6.456.006
Dívida bruta	659.536	816.841	10.047.756	8.975.456
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(65.529)	(189.784)	(377.119)	(674.609)
(-) Investimentos de curto prazo	(455.336)	(555.099)	(1.553.503)	(1.405.506)
(-) Títulos e valores mobiliários	-	-	(121.666)	(103.619)
Dívida líquida	138.671	71.958	7.995.468	6.791.722
Patrimônio líquido	6.551.237	5.750.118	10.001.723	8.944.682
Índice de endividamento líquido	0,02	0,01	0,80	0,76

31. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

Os principais segmentos operacionais da Alupar consistem nas atividades de transmissão e geração de energia. Existem também os segmentos: (a) Holding que compreende as atividades financeiras de investimentos e corporativas não associadas aos segmentos operacionais reportáveis; e (b) "Outros" que compreende atividade de comercialização e serviços de O&M que por não serem relevantes não estão sendo reportados separadamente. Os indicadores chaves utilizados pelos principais tomadores de decisão da Companhia são o lucro líquido e LAJIDA. O LAJIDA não é feito nenhum ajuste. Estão apresentadas a seguir as informações dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 segregadas por segmento de acordo com os critérios estabelecidos pela Administração da Companhia:

	Exercício findo em 31/12/2021		Eliminações - Controle		Eliminações - Intercomparação		Total consolidado
	Transmissão	Geração	Holding (a)	Outros (b)	Subtotal	compartilhado	
Receita operacional bruta	5.031.104	825.631	-	147.535	6.004.270	(25.541)	5.803.199
Receita de operação e manutenção	433.296	-	-	-	433.296	(1.657)	431.639
Receita de infraestrutura	1.033.400	-	-	-	1.033.400	(477)	1.032.923
Remuneração do ativo da concessão	3.564.408	-	-	-	3.564.408	(23.407)	3.541.001
Suprimento de energia	-	825.631	-	-	136.929	962.560	



→ ☆ continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

35. EVENTOS SUBSEQUENTES

• **Alteração de controle - Eólica do Agreste Potiguar I e II (EAP I e EAP II)** Em Assembleia Extraordinária, realizada em 6 de janeiro de 2022, foi aprovado o aumento de capital social da Eólica do Agreste Potiguar I, no montante de R\$52.366. Esse aumento foi realizado da seguinte forma: a Alupar e a AF integralizaram os montantes de R\$22.344 e R\$22, respectivamente, mediante a conversão dos valores de adiantamento para futuro aumento de capital e R\$30.000 serão integralizados em moeda corrente até 31 de dezembro de 2022 pela Foz do Rio Claro Energia S.A. (“Foz”). Com esse aumento de capital, a Foz passou a deter 57,29% de participação do capital social da EAP I e a controlar a mesma, a Alupar detém 42,67% de participação e a AF detém 0,04% de participação. Em Assembleia Extraordinária, realizada em 6 de janeiro de 2022, foi aprovado o aumento de capital social da Eólica do Agreste Potiguar II, no montante de R\$94.972. Esse aumento foi realizado da seguinte forma: a Alupar e a AF integralizaram os montantes de R\$34.937 e R\$35, respectivamente, mediante a conversão dos valores de adiantamento para futuro aumento de capital e R\$60.000 serão integralizados em moeda corrente até 31 de dezembro de 2022 pela Foz do Rio Claro Energia S.A. (“Foz”). Com esse aumento de capital, a Foz passou a deter 63,18% de participação do capital social da EAP II e a controlar a mesma, a Alupar detém 36,79% de participação e a AF detém 0,03% de participação.
• **Aquisição de participação da TPE:** No dia 14 de fevereiro de 2022 a Companhia exerceu o seu direito para a aquisição de 30% das ações subscritas e integralizadas pelo Perfin Apollo Energia Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura (“Perfin”), na controlada Transmissora Paraíso de Energia S.A. (“TPE”), desta forma, a Companhia aumentou sua participação dos atuais 51,00% para 65,70%. O montante pago por esta transação foi de R\$26.349, equivalente a 30.657.307 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, correspondentes a 30% do capital

A Diretoria

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Contábeis

DECLARAÇÃO PARA FINS DO ARTIGO 25, §1º, VI DA INSTRUÇÃO CVM 480/09 e CVM 586/17. Declaramos, na qualidade de diretores da Alupar Investimento S.A., sociedade por ações com sede na Rua Gomes de Carvalho nº 1.996 - 16º andar, Vila Olímpia, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/ MF nº 08.364.948/0001-38, nos termos do inciso VI, do parágrafo 1º do Artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, alterada pela instrução CVM nº 586, de 8 de junho de 2017, que revimos, discutimos e concordamos com as demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

São Paulo, 24 de fevereiro de 2022

A Diretoria

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas

Aos Administradores e Acionistas da **Alupar Investimento S.A.** - São Paulo - SP

Opinião: Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Alupar Investimento S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).
Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria: Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações contábeis. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações contábeis da Companhia.
Mensuração do ativo contratual: Conforme divulgado na nota explicativa 3.2 às demonstrações contábeis, as controladas da Companhia avaliam que mesmo após a conclusão da fase de construção da infraestrutura de transmissão segue existindo um ativo contratual pela contrapartida da receita de infraestrutura, uma vez que é necessária a satisfação da obrigação de operar e manter a infraestrutura de transmissão para que as controladas da Companhia passem a ter um direito incondicional de receber caixa como contraprestação da obrigação de performance de construção. Conforme divulgado na nota explicativa 9, em 31 de dezembro de 2021, o saldo do ativo contratual consolidado da Companhia era de R\$ 17.604.123 mil. O ativo contratual refere-se ao direito da Companhia e suas controladas à contraprestação em decorrência dos custos incorridos na construção da infraestrutura das linhas de transmissão, incluindo margem de construção, indenização pelos ativos não amortizados ao final da concessão e receita financeira pela remuneração dos ativos da concessão. O reconhecimento do ativo contratual e da receita da Companhia de acordo com o CPC 47 - Receita de contrato com cliente (IFRS 15 - Revenue from contract with customer), conforme divulgado na nota explicativa 3.10, requer o exercício de julgamento significativo sobre o momento em que o cliente obtém o controle sobre o direito de uso dos ativos. Adicionalmente, a mensuração do progresso das controladas da Companhia em relação ao cumprimento da obrigação de performance satisfeita ao longo do tempo requer também o uso de estimativas e julgamentos significativos pela diretoria para estimar os esforços ou insumos necessários para o cumprimento da obrigação de performance, tais como materiais e mão de obra e margens de lucros esperada em cada obrigação de performance identificada e as projeções das receitas esperadas. Finalmente, por se tratar de um contrato de longo prazo, a identificação da taxa de desconto que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimento futuro também requer o uso de julgamento por parte da diretoria. Devido à relevância dos valores e do julgamento significativo envolvido, consideramos a mensuração do ativo contratual e das respectivas receitas como um assunto significativo para a nossa auditoria.
Como nossa auditoria conduziu esse assunto: Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: i) a avaliação dos procedimentos relacionados aos gastos realizados para execução do contrato; (ii) análise da determinação de margem nos projetos em construção, relacionado aos novos contratos de concessão, e aos projetos de reforços e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica já existentes, verificando a metodologia e as premissas adotadas pelas controladas da Companhia, para estimar o custo total de construção, e o valor presente dos fluxos de recebimento futuro, descontado a taxa de juros implícita que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimentos; (iii) com o auxílio de especialistas em modelagem financeira, análise da metodologia e dos cálculos para determinar a referida taxa implícita de desconto; (iv) análise do contrato de concessão e seus aditivos para identificar as obrigações de performance previstas contratualmente, além de aspectos relacionados aos componentes variáveis, aplicáveis ao preço do contrato; (v) análise do enquadramento da infraestrutura já construída no conceito de ativo contratual; (vi) análise da atribuição de receita a cada uma das obrigações de performance presentes nos contratos de concessão; (vii) análise de eventual risco de penalizações por atrasos na construção ou indisponibilidade; (viii) análise da eventual existência de contrato oneroso; (ix) análise dos impactos oriundos da Revisão Tarifária Periódica (RTP), por meio de inspeção das notas técnicas e consultas públicas emitidas pelo órgão regulador, recálculo do valor presente do fluxo contratual dos ativos da concessão, com base na nova Receita Anual Permitida (RAP) e verificação das glosas de projetos e das bases de remuneração; (x) avaliação dos seguintes aspectos relacionados aos projetos de construção: (a) análise do cumprimento do cronograma físico das obras em andamento, bem como a verificação da existência ou não de itens anormais ao cronograma físico atualizado da obra, com possíveis alterações de projeto, ou mudanças de fornecedores que possam gerar custos não capturados pelos controles internos da Companhia e suas controladas; (b) avaliação das variações entre o orçamento inicial e orçamento atualizado das obras em andamento, e as justificativas apresentadas pela gestão da obra para os desvios; e (c) caso aplicável, verificação de indícios de suficiência dos custos a incorrer, para conclusão das etapas construtivas do empreendimento; (xi) análises das comunicações com órgãos reguladores relacionadas à atividade de transmissão de energia elétrica e de mercado de valores mobiliários; e (xii) a avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia e suas controladas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a mensuração do ativo contratual das controladas da Companhia, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas adotados pela diretoria na determinação do ativo contratual e das respectivas receitas, assim como as divulgações nas notas explicativas 3.5, 3.10 e 9 são aceitáveis, no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.
Redução ao valor recuperável do ativo imobilizado: Conforme divulgado na nota explicativa 12 às demonstrações contábeis, o saldo do imobilizado da Companhia era de R\$ 4.710.238 mil para o consolidado. A controlada Ferreira Gomes Energia S.A. possui R\$ 1.348.087 mil registrado como ativo imobilizado, o qual está sujeito à avaliação periódica sobre existência de indicadores de redução ao valor recuperável. A avaliação do valor recuperável envolve julgamentos significativos na determinação das premissas utilizadas nas projeções de fluxo de caixa, as quais incluem taxas de desconto e de crescimento. Esse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria, tendo em vista que o processo de avaliação da recuperabilidade desses ativos é complexo e envolve alto grau de subjetividade, bem como, por ser baseado em diversas premissas e estimativas, cuja realização é afetada por projeções de mercado e de cenários econômicos incertos, o que pode trazer variações significativas na definição do valor recuperável do ativo imobilizado e, consequentemente, no montante registrados nas demonstrações contábeis.
Como nossa auditoria conduziu este assunto: Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) o envolvimento de especialistas em avaliação para nos auxiliar a revisar o modelo utilizado para mensurar o valor recuperável e as principais premissas utilizadas pela controlada da Companhia durante o horizonte da projeção, tais como as variáveis macroeconômicas, as taxas de crescimento esperadas, o nível de

integralizado pelo Perfin, corrigido *pro rata die* pela taxa de inflação medida pelo IPCA, acrescido de juros de 7,3% a.a., computado desde a data de integralização de cada ação, até a data do efetivo pagamento do preço da Opção de Compra, deduzidos os valores de dividendos recebidos por cada ação, objeto da Opção de Compra, entre a data de integralização e a data do exercício da Opção de Compra, devidamente atualizados conforme acima, desde a data do pagamento do dividendo até a data de transferência das ações, conforme Acordo de Acionista firmado em 11 de novembro de 2016. O valor patrimonial adquirido foi de R\$131.196, e o valor pago a menor sobre o valor patrimonial foi de R\$104.847, será reconhecido em reservas de capital aumentando o patrimônio líquido, dado que a Companhia já detinha o controle da TPE.
• **Início de recebimento da RAP da transmissora ESTE:** A controlada Empresa Sudeste de Transmissão de Energia S.A. (“ESTE”), da qual possuímos indiretamente 50,02% do capital social total, obteve em 18 de fevereiro de 2022, do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, o Termo de Liberação de Receita - TLR, o qual autoriza o recebimento de receita a partir de 09 de fevereiro de 2022, devido a disponibilização das instalações de transmissão para o Sistema Interligado Nacional - SIN, conforme cronograma da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. Com esta liberação do ONS, será adicionada uma Receita Anual Permitida (“RAP”) de R\$123.600 para o ciclo 2021, 2022. O empreendimento está localizado nos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo e consiste na implantação da linha de transmissão de 500 kV Mesquita - João Neiva 2, com 236 km de extensão e a subestação João Neiva 2, 500/345 kV. O investimento das instalações a ser unitizado será de aproximadamente R\$495.400 (relação RAP/CAPEX: 25%). Adicionalmente, o montante de R\$107.900, referente às despesas financeiras líquidas durante o período de construção, foi capitalizado, totalizando, assim, o investimento total do projeto a ser unitizado de R\$603.300.

Contadora: Daniela Ribeiro Mendes - CRC 1SP199348/O-0

Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

DECLARAÇÃO PARA FINS DO ARTIGO 25, §1º, V DA INSTRUÇÃO CVM 480/09 e CVM 586/17. Declaramos, na qualidade de diretores da Alupar Investimento S.A., sociedade por ações com sede na Rua Gomes de Carvalho nº 1.996 - 16º andar, Vila Olímpia, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/ MF nº 08.364.948/0001-38, nos termos do inciso V, do parágrafo 1º do Artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, alterada pela instrução CVM nº 586, de 8 de junho de 2017, que revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no Relatório dos Auditores Independentes, relativamente às demonstrações contábeis, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

São Paulo, 24 de fevereiro de 2022

A Diretoria

investimento e o capital de giro necessários, assim como a taxa de desconto, volumes e preço da energia gerada; e (ii) comparação das projeções do ano anterior com os respectivos resultados realizados no exercício corrente, como forma de avaliar a efetividade dos planos de negócio e o nível de aderência das projeções realizadas anteriormente. Também revisamos as divulgações efetuadas pela Companhia em notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas sobre as premissas utilizadas nos cálculos de recuperabilidade dos referidos ativos. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a recuperabilidade do ativo imobilizado da controlada Ferreira Gomes Energia S.A., que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas de determinação do valor recuperável adotados pela diretoria, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 12 são aceitáveis, no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.
Outros assuntos: *Demonstrações do valor adicionado:* As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.
Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor: A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluírmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.
Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas: A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento de suas operações e de suas controladas. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.
Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantivemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:
• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
• Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
• Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluírmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
• Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações contábeis das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance, da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 24 de fevereiro de 2022



EY Building a better working world

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6
Eduardo Wellichen
Contador - CRC 1SP184050/O-6

www.alupar.com.br

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



Certificado por Editora Globo SA 04067191000160 em 10/03/2022 18:46

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link <http://valor.globo.com/valor-ri/>

Hash: 164686236073daa8845dde40cf9e5651d379dbb6ca